

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Laura Andrade Nascimento Boa Morte

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES
INTERNACIONAIS NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: Santa Catarina
e Roraima.**

Campos dos Goytacazes

2025

LAURA ANDRADE NASCIMENTO BOA MORTE

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES
INTERNACIONAIS NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: Santa Catarina
e Roraima.**

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Joseane de Souza

Coorientador: M.e. Gilnei Costa Santos

Campos dos Goytacazes


2025

LAURA ANDRADE NASCIMENTO BOA MORTE


**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES
INTERNACIONAIS NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: Santa Catarina
e Roraima.**

Monografia apresentada ao curso de
Administração Pública da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro – UENF, como requisito parcial
à obtenção do título de bacharel em
Administração Pública.


Aprovada em 05 de Dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 JOSEANE DE SOUZA
Data: 11/12/2025 12:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Joseane de Souza - UENF
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 MAYARA XAVIER MORAES
Data: 11/12/2025 15:27:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ma. Mayara Xavier Moraes - UENF

Documento assinado digitalmente
 VITOR DE MORAES PEIXOTO
Data: 11/12/2025 13:48:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto - UENF

Campos dos Goytacazes

2025

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, fonte de força e sabedoria, e, em seguida, aos meus pais, Elisabeth e Carlos, que foram meus maiores incentivadores e pilares em toda minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos derramadas sobre minha vida e por ter me guiado até a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Serei eternamente grata por este lugar que Ele me direcionou e por ter me concedido forças para concluir o curso de Administração Pública.

Agradeço profundamente aos meus pais, Elisabeth e Carlos, pela dedicação em minha educação e por sempre fazerem o possível para que eu tivesse acesso a um ensino de qualidade, o que tornou possível minha entrada na UENF.

Agradeço ao meu fiel companheiro, meu cachorro Safadinho, que me apresentou um amor que eu desconhecia.

Aos meus familiares, deixo minha gratidão por todo o apoio e incentivo ao longo desses anos.

Registro meu sincero agradecimento à minha orientadora, professora Dra. Joseane, pelas valiosas lições e ensinamentos compartilhados durante a graduação e a iniciação científica, fundamentais para minha formação acadêmica e ingresso no campo da pesquisa.

Sou igualmente grata a todos os professores e técnicos do Laboratório de Gestão de Políticas Públicas (LGPP), cuja atuação foi essencial em minha formação como administradora pública. Estendo meus agradecimentos aos docentes do Laboratório de Cognição e Linguagem (LCL), do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (LESCE) e do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA), que também contribuíram para minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus colegas de curso pelo apoio e companheirismo construído ao longo da graduação e, em especial, aos amigos Amanda Vitória, Haroldo Rangel, Kaio Bárbara e Samara Souza.

Após a retomada das atividades presenciais no pós-pandemia, a “mamãe” UENF tornou-se minha segunda casa.

Ingressei no Coral da UENF, espaço que acolheu minha “veia” musical. Cantei intensamente (e continuarei a cantar, que venha o III Musical!). Agradeço aos colegas do Coral e, de forma especial, aos amigos Jerhárde Oliveira, Luísa Ambrozim e Pollyana Pimentel.

Realizei o estágio na Assessoria de Planejamento e Orçamento (ASPLO) da UENF, setor que carrego com grande carinho. Além do aprendizado, construí amizades que levarei para a vida. Agradeço às servidoras Ana Cristina, Danielle Crispim, Valéria Ferreira e Valéria Gomes (ASPLO), bem como a Carlos Eduardo, Eduardo Pinheiro, Eliane Freitas, Marcelo Pinheiro e Rogério Maurício (GPAF).

Agradeço também a todo o corpo de servidores e terceirizados que tornam a UENF um ambiente acolhedor e uma universidade de excelência.

Como fui feliz na UENF! Viva a UENF!

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os padrões, determinantes e características socioeconômicas das migrações internacionais no Brasil, com ênfase comparativa entre os estados de Santa Catarina, representando a região Sul, e Roraima, representando a região Norte, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Para tal, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, de natureza explicativa e descritiva, baseada em análise dos microdados do Censo Demográfico 2010 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e revisão bibliográfica sobre o fenômeno migratório, com foco nos conceitos de Teorias Micro e Macro das Migrações Internacionais, Seletividade Migratória, Capital Humano e Mercado Dual de Trabalho. Os resultados mostram que Santa Catarina e Roraima apresentam dinâmicas migratórias fundamentalmente distintas: Santa Catarina caracteriza-se por fluxos predominantemente motivados por fatores econômicos, com imigrantes provenientes principalmente de países do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), maior nível de escolaridade, inserção mais expressiva no mercado formal de trabalho e rendimentos relativamente superiores; Roraima, por sua vez, apresenta fluxos associados à busca por proteção humanitária, com predomínio de guianenses em 2010 (anterior à intensificação da crise venezuelana), baixa escolaridade, alta informalização laboral e concentração de rendimentos nas faixas mais baixas, evidenciando maior vulnerabilidade social. O estudo também aponta como principal limitação a indisponibilidade dos microdados completos do Censo Demográfico de 2022 no momento da realização da pesquisa, o que impediu uma análise mais atualizada dos padrões migratórios recentes, especialmente considerando a intensificação dos fluxos venezuelanos para Roraima após 2015, e recomenda que estudos futuros aprofundem essa análise quando os dados forem disponibilizados integralmente.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Santa Catarina; Roraima.

ABSTRACT

This study aims to analyze the patterns, determinants, and socioeconomic characteristics of international migration in Brazil, with a comparative emphasis between the states of Santa Catarina, representing the South region, and Roraima, representing the North region, based on data from the 2010 Demographic Census. To this end, a qualitative-quantitative approach was adopted, of an explanatory and descriptive nature, based on an analysis of microdata from the 2010 Demographic Census made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and a literature review on the phenomenon of migration, focusing on the concepts of Micro and Macro Theories of International Migration, Migratory Selectivity, Human Capital, and the Dual Labor Market. The results show that Santa Catarina and Roraima have fundamentally different migratory dynamics: Santa Catarina is characterized by flows predominantly motivated by economic factors, with immigrants coming mainly from Mercosur countries (Argentina, Paraguay, and Uruguay), higher levels of education, more significant insertion in the formal labor market, and relatively higher incomes. Roraima, on the other hand, has flows associated with the search for humanitarian protection, with a predominance of Guyanese in 2010 (prior to the intensification of the Venezuelan crisis), low levels of education, high levels of informal employment, and a concentration of income in the lowest brackets, evidencing greater social vulnerability. The study also points out as a major limitation the unavailability of complete microdata from the 2022 Demographic Census at the time of the research, which prevented a more up-to-date analysis of recent migration patterns, especially considering the intensification of Venezuelan flows to Roraima after 2015, and recommends that future studies deepen this analysis when the data are made fully available.

Keywords: International migration; Santa Catarina; Roraima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Vantagens e Desvantagens da Migração Internacional	22
Figura 1 - Distribuição espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil (2010-2022)	38
Gráfico 1 - Estrutura etária da população estadual, da população estrangeira e naturalizada brasileira - Santa Catarina (2010)	44
Gráfico 2 - Os 10 Países de Origem dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)	45
Gráfico 3 - Nível de Instrução dos Imigrantes - Santa Catarina (2010).....	47
Gráfico 4 - Taxa de participação no mercado de trabalho dos imigrantes – Santa Catarina (2010).....	47
Gráfico 5 - Posição e Categoria no Trabalho dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)	48
Gráfico 6 -Rendimento Total dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)	49
Gráfico 7 - - Estrutura etária da população estadual, da população estrangeira e	51
Gráfico 8 - Os 10 Países de Origem dos Imigrantes - Roraima (2010).....	52
Gráfico 9 - Nível de Instrução dos Imigrantes - Roraima (2010)	52
Gráfico 10 - Taxa de participação no mercado de trabalho dos imigrantes - Roraima (2010)	53
Gráfico 11 - Posição e Categoria no Trabalho dos imigrantes - Roraima (2010)..	54
Gráfico 12 - Rendimento Total dos Imigrantes - Roraima (2010).....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Estrangeira e População Total – Brasil (1900-2000)	26
Tabela 2 - População Total: Brasileira, Naturalizados Brasileiros e Estrangeiros e da População Estrangeira (Naturalizados Brasileiros e Estrangeiros) residente no Brasil (2010-2022).....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	16
1.1. Teorias Micro e Macro das Migrações Internacionais.....	17
1.1.1 Teorias Micro das Migrações Internacionais.....	17
1.1.2. Teorias Macro das Migrações Internacionais.....	18
1.2 A Inconsistência Da Globalização Como Fator De Migração.....	21
2 IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL	25
2.1 VIRADA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA	28
3 PERFIL SOCIOECONOMICO DOS IMIGRANTES DAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL	30
3.1 Notas metodológicas.....	30
3.1.1 Justificativa para o recorte espacial.....	30
3.1.2 Justificativa para o recorte temporal	31
3.2 Variáveis utilizadas para o estudo de caso	32
3.2.1 Identificação dos imigrantes estrangeiros no Brasil	32
3.2.2 Análise socioeconômica dos imigrantes estrangeiros	33
3.2.3 Procedimento	34
3 Análise dos Resultados.....	35
3.3.1 Panorama geral da imigração internacional no Brasil (2010-2022).....	35
3.4 Breve caracterização dos estados selecionados para estudo de caso	40
3.4.1 Perfil socioeconômico dos imigrantes selecionados para estudo de caso	43
3.4.1.1 Santa Catarina	43
3.4.1.2 Roraima.....	50
4 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

As migrações internacionais constituem-se como um relevante fator de mudanças sociais na contemporaneidade, estando intrinsecamente ligadas a transformações econômicas, demográficas, políticas e sociais que se desenvolvem no interior de uma sociedade. Por sua vez, essas migrações também atuam como agentes de novas mudanças tanto nos países de origem quanto nos de destino (Castles, 2005).

Os fluxos migratórios durante a história humana se deu de diferentes formas, Manning (2020) assinala a dispersão, colonização, escravidão, trabalho livre, refúgio e a mobilidade urbana como intensificadores dos deslocamentos mundiais. Castles, Haas De, Miller (1998) compreendem que os fluxos migratórios não são apenas um fenômeno do Norte Global, e indicam que movimentos significativos, a partir do século XIX e início do XX, ocorreram na América Latina, África e Ásia.

No contexto da América Latina, o Brasil historicamente, esteve associado a ciclos migratórios específicos, como a migração forçada de africanos entre os séculos XVI e meados do XIX, influxo europeu entre o final do século XIX e início do século XX e, posteriormente, orientais e latino-americanos. Contudo, as últimas décadas revelam mudanças importantes.

Nesse sentido, a análise das migrações internacionais exige não apenas a observação dos fluxos numéricos, mas também a compreensão de seus significados sociais por trás das recentes mobilizações. É fundamental, para a compreensão das recentes transformações no Brasil enquanto país da imigração (Patarra, 2012), entender quem são os migrantes, quais são suas características sociodemográficas e quais fatores motivam seus deslocamentos.

Observa-se, a partir dos dados preliminares do Censo Demográfico de 2022, o expressivo contingente de imigrantes internacionais em dois estados, a saber: Santa Catarina, na região Sul, e Roraima, na região Norte. Essas duas unidades federativas apresentam lógicas migratórias distintas que refletem diferentes contexto socioeconômicos e geopolíticos.

Enquanto Roraima apresenta um fluxo migratório de indivíduos em busca de proteção humanitária, sobretudo diante da crise que se instalou nos últimos anos na Venezuela (Pereira, 2020), Santa Catarina apresenta um fluxo imigratório predominantemente motivado por fatores econômicos e pela demanda de mão de obra em trabalho formal (Cavalcanti, 2017).

A escolha dos dois estados em questão como recorte de análise desta pesquisa fundamenta-se na singularidade dos fluxos e na diversidade socioeconômica das regiões. Essa dualidade permite a discussão da capacidade de respostas das diferentes regiões do Brasil frente aos desafios e oportunidades relacionados à chegada da população imigrante.

Entretanto, apesar dos dados preliminares do Censo Demográfico de 2022 apontarem tendências relevantes para o estudo, os microdados referentes ao perfil socioeconômico, idade, sexo, nível de instrução, ocupação e rendimento ainda não foram disponibilizados de forma integral. Diante disso, o presente trabalho fundamenta sua análise no conjunto de dados completo do Censo Demográfico de 2010 para caracterização da população imigrante de Roraima e Santa Catarina.

A partir dos dados, o trabalho busca analisar os padrões, determinantes e características socioeconômicas das migrações internacionais no Brasil, com ênfase entre os estados de Santa Catarina, representando a região Sul, e Roraima, representando a região Norte, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Os objetivos específicos deste trabalho consistem em: (a) Examinar os principais conceitos, teorias e fundamentos que estruturam o campo das migrações internacionais; (b) Analisar como os fluxos imigratórios internacionais dos séculos XIX e XX se articularam a processos econômicos, políticos e de organização social no Brasil; (c) Analisar a chamada “virada imigratória” evidenciada no Censo Demográfico de 2022, identificando suas principais tendências e comparando-as diretamente com os padrões registrados no Censo Demográfico de 2010 e (d) Caracterizar o perfil socioeconômico da população imigrante residente em Santa Catarina e em Roraima, considerando variáveis como idade, sexo, instrução, ocupação e rendimento.

Diante desse cenário, este trabalho tem como questão central: Como os padrões e características das migrações internacionais para o Brasil se manifestam de forma distinta nos estados de Santa Catarina e Roraima?

Além disso, a análise de duas regiões distintas, Norte e Sul do Brasil, permite uma reflexão sobre as oportunidades de inserção econômica, desigualdades regionais e condições de acolhimento destinadas aos imigrantes. Baeninger (2018) destaca que os recentes fluxos migratórios no país acompanham transformações econômicas e criam novas territorialidades da migração, nas quais estados antes pouco associados à imigração ganham protagonismo. No caso, Roraima e Santa Catarina, passam a integrar nos atuais fluxos como destino para os imigrantes, refletindo, portanto, em dinâmicas regionais diferenciadas.

O presente trabalho está organizado em três capítulos principais, além das considerações finais, de modo a permitir uma abordagem teórica, histórica e analítica sobre as migrações internacionais no Brasil, com ênfase comparativa entre os estados de Santa Catarina e Roraima.

O Capítulo 1, intitulado Migrações Internacionais, apresenta os fundamentos conceituais necessários para a compreensão do fenômeno migratório. Com base nos principais autores da área, são discutidas as definições centrais relacionadas às migrações internacionais. Em seguida, o capítulo aborda as Teorias Micro e Macro das Migrações Internacionais, subdivididas nas seções Teorias Micro (1.1.1) e Teorias Macro (1.1.2), destacando as explicações individuais e estruturais para os deslocamentos populacionais. A seção A Inconsistência da Globalização como Fator de Migração (1.2) aprofunda a discussão sobre as dinâmicas globais contemporâneas e suas contradições no contexto dos fluxos migratórios.

O Capítulo 2, intitulado Imigrações Internacionais no Brasil, trata da trajetória histórica e dos padrões atuais da imigração no país. A seção Virada Imigratória Brasileira (2.1) discute as transformações recentes nos fluxos migratórios, especialmente evidenciadas a partir do Censo Demográfico de 2022, relacionando-as com tendências socioeconômicas e geopolíticas do cenário nacional.

O Capítulo 3, denominado Perfil Socioeconomico dos Imigrantes das Regiões Norte e Sul do Brasil, apresenta a análise empírica da pesquisa. Inicialmente, são expostas as Notas Metodológicas (3.1), que incluem: a justificativa para o recorte espacial (3.1.1), destacando a escolha de Santa Catarina e Roraima como

representações das regiões Sul e Norte; a justificativa para o recorte temporal (3.1.2), fundamentado no uso dos dados do Censo Demográfico de 2010; a descrição das variáveis utilizadas no estudo de caso (3.1.3), como identificação dos imigrantes estrangeiros e indicadores socioeconômicos; e, por fim, os procedimentos adotados para a análise (3.1.4).

Na sequência, o capítulo apresenta a Análise dos Resultados (3.2). A seção 3.2.1 – Panorama geral da imigração internacional no Brasil (2010–2022) contextualiza as tendências nacionais no período. Em seguida, a seção 3.2.2 – Perfil Socioeconômico dos Imigrantes dos Estados Selecionados para Estudo de Caso detalha os resultados referentes a Santa Catarina (3.2.2.1) e Roraima (3.2.2.2).

Por fim, o trabalho apresenta a Conclusão, na qual são retomados os principais achados, destacando semelhanças, diferenças e fatores estruturantes dos perfis migratórios dos dois estados, sugerindo perspectivas para pesquisas futuras.

1 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

A componente demográfica menos previsível, que altera de forma acelerada as dinâmicas da população, seja por motivos econômicos, políticos, ambientais, educacionais e outros que influenciam na mobilidade de indivíduos, é a migração (Grupo Voz, 2021). Marcada por sua interdisciplinaridade, a migração é estudada por diversas áreas de conhecimento, como a demografia, geografia, economia, antropologia, história e sociologia.

A partir da definição conceitual do sociólogo e demógrafo Everest Lee (1966), tem-se que a migração é caracterizada pela mudança permanente ou semipermanente de residência. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (2009), as migrações internacionais correspondem aos deslocamentos de pessoas que saem de seus países de origem ou de atual residência para firmar-se permanentemente ou temporariamente em outro país, implicando, portanto, na travessia de fronteira internacional ou de um Estado.

Para Massey (1990), há diversas teorias sobre a migração, contudo, há pouca intercomunicação entre elas, ressaltando que isso seria resultado da divergência entre os estudos à luz de quatro dimensões. A primeira dimensão refere-se à temporalidade da ação da migração, se ela pode ser estudada em uma perspectiva sincrônica, na qual se descrevem os elementos que ocorrem naquele momento, ou de uma perspectiva diacrônica ou histórica, ao considerar a evolução ao longo do tempo dos elementos, sejam eles sociais ou econômicos, que auxiliam na construção da adequada compreensão das migrações.

A segunda dimensão está relacionada com o locus da ação migratória e se sua compreensão se dá por meio de uma abordagem micro, do indivíduo, em que os movimentos migratórios seriam regidos por uma decisão racional de indivíduos, com base nos custos e benefícios do movimento, ou uma abordagem macro, em que a migração seria resultado de forças estruturais da sociedade que prevalecem sobre as ações individuais.

Já a terceira dimensão diz respeito ao nível de análise apropriado para a compreensão do comportamento migratório, seja pela decisão do indivíduos, do domicílio, de forma a melhorar a qualidade de vida de toda a família, ou pela agregação de regiões sob a perspectiva de redução das diferenças regionais relacionadas à renda e trabalho.

Por fim, tem-se o debate sobre as causas e efeitos da migração para a economia, enquanto há divergência de autores ao argumentarem que a migração gerava emprego, à medida que o emprego causava a migração. Para o autor, o resultado desta fragmentação, seria o “incompleto e incorreto” conhecimento teórico sobre a migração, que leva pesquisa e políticas públicas a terem bases fracas. Sendo necessário, portanto, a incorporação simultânea dos diversos níveis de análises e múltiplas perspectivas, ao invés de se restringir às ferramentas de uma única teoria.

1.1. Teorias Micro e Macro das Migrações Internacionais

A partir da combinação das abordagens teóricas, verificam-se os estudos da migração sob dois níveis de análise: micro e macro, sendo possível inferir sobre a racionalidade que influi sobre as decisões dos individuais e familiares com base nos custos e benefícios do ato de migrar e a respeito dos fatores de grande escala das regiões de origem e destino, respectivamente.

1.1.1 Teorias Micro das Migrações Internacionais

Na teoria Microeconômica Neoclássica (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969), o ato de migrar de um indivíduo é orientado pela racionalidade no cálculo dos custos e benefícios, buscando um retorno monetário positivo, levando em conta o salário a ser recebido, salários maiores, melhores condições de trabalho e maior estabilidade econômica no local de destino, bem como os custos em torno do movimento migratório, como custos com acomodação, transporte, idioma, barreiras legais, adaptação no mercado de trabalho, fatores psicológicos e outros custos associados ao movimento, que devem estar abaixo do valor esperado dos ganhos.

Ademais, vale-se do pressuposto de que o indivíduo já reconhece as diferenças salariais entre sua região de origem e de destino e objetiva locais onde possa ser mais produtivos com base nas suas habilidades pessoais e possa ter suas expectativas de renda equalizadas (Santos *et al.*, 2010),

A teoria do Capital Humano de Becker (1993) pressupõe a avaliação racional dos custos e benefícios do investimento na formação educacional e profissional e outros conhecimentos que, de forma agregada, levam a benefícios futuros, como “aumento na renda e na produtividade dos indivíduos, pelo fato de proporcionarem a

eles conhecimento, habilidades e uma capacidade de analisar e resolver problemas”. (Santos *et al.*, 2010. p. 8).

Com isso, Borjas (1989) destaca a influência de Becker (1993) na questão da adaptação do imigrante no país receptor, uma vez que sua renda esperada ao chegar é menor quando comparada à de um nativo, e, dependendo do seu tempo de permanência no país e o retorno do tempo utilizado para a obtenção do conhecimento, o imigrante, a partir de sua racionalidade, toma a decisão de investir em capital humano, seja estudando o idioma local para maior domínio ou adquirindo novas habilidades que são demandadas no mercado de trabalho, de forma que sua produtividade e renda sejam aumentadas.

Os trabalhos da teoria microeconômica supracitados foram escolhidos em razão da sua pertinência ao tema deste estudo. Para concluir esta seção teórica, ressaltam-se as contribuições de Mincer (1978) e Harbison (1981), que apresentam enfoque na família e domicílio. Mincer (1978) aborda a importância dos laços familiares para a migração de domicílios inteiros, visto que os ganhos de toda a família, e não só de um indivíduo, motivam esses movimentos, sendo, portanto, a diferença entre a soma de retornos e soma dos custos.

Harbison (1981), ao definir a família como questão norteadora na tomada de decisão de migrar, seja pela estrutura familiar, seja pela função do indivíduo na família (sua posição em relação aos demais parentescos, sobretudo ao não deixar um papel não preenchido na família), e pelas redes sociais familiares dispersas geograficamente, sendo que esta última afeta positivamente na expectativa de sucesso do movimento migratório, uma vez que o imigrante conta com informações válidas e apoio familiar no novo ambiente.

1.1.2. Teorias Macro das Migrações Internacionais

A respeito das teorias macroeconômicas, destaca-se a seletividade migratória. Para Ravenstein (1885) e Lee (1966), certos atributos individuais específicos seriam “responsáveis pela seleção positiva dos indivíduos que migram” (Santos, 2010, p. 60), a exemplo da idade, sexo, educação, atividade profissional.

Baseado na observação do Dr. William Farr, que as migrações demonstravam ocorrer sem uma lei definida, o geógrafo George Ravenstein (1885) desenvolveu, a partir do Censo Demográfico Britânico de 1881, as Leis de Migração, referente às migrações internas no Reino Unido, que posteriormente foram expandidas para as

migrações internacionais de países europeus e norte-americanos em seu segundo estudo, em 1889. Em as Leis das Migrações, Ravestein, de forma precursora, formula as sete formas de migração que servem de base para os atuais estudos de migração.

De acordo com suas observações, os migrantes tendem a deslocamentos de curta distância, sendo muitas vezes por etapas, do campo para cidades e de cidades para centros urbanos, estes últimos influenciam diretamente no volume da migração, visto que os movimentos migratórios aumentam com o desenvolvimento das indústrias, do comércio e dos transportes. Ravenstein (1885) destaca que cada fluxo migratório tem um contrafluxo compensatório, onde uma parte dos migrantes retorna ao local de origem, e observa que os nativos das cidades são menos propensos a migrar em relação aos naturais de áreas rurais.

Por fim, o autor identifica que as mulheres migram mais em curtas distância, os homens constituem a maioria dos migrantes de longa distâncias, e termina com a lei que mais influencia a decisão dos indivíduos migrarem: predomínio do motivo econômico. Embora as migrações possam decorrer de lugares com legislações opressivas, grande carga tributária, questões climáticas desfavoráveis, tráfico de escravos, entre outras situações que são motivos para um indivíduo migrar, a situação que se sobressai é o volume de indivíduos que migram para melhorar a situação material e financeira.

As referidas leis ainda são utilizadas para compreender o fenômeno das migrações na contemporaneidade. Ademais, Everest Lee faz uma crítica de que há diversos estudos sobre migrações, mas que não se tem desenvolvidos muitas generalizações adicionais, tendo em vista os estudos problematizando, a exemplo: idade e migração, sexo e migração, raça e migração, entre outras análises “comparativas” importantes, mas que não possuem seus estudos direcionados para a magnitude desses fluxos migratórios, tampoco a respeito dos motivos desse movimento e “assimilação” no local de destino dos migrantes.

Como supracitado, a migração pode ser entendida, de maneira geral, como a mudança de residência, seja ela permanente ou semipermanente (Lee, 1966). Podem ser de curta ou longa duração, fáceis ou difíceis, mas se resumem pelo ato imigratório com o ponto de partida em um local de origem, composto por obstáculos intervenientes, entendidos em sua grande maioria pela distância do deslocamento, para o local de destino.

Dentre os fatores para um indivíduo tomar a decisão de migrar, estão, segundo Everest Lee (1966): “(a) os fatores associados ao local de origem; (b) fatores associados ao local de destino; (c) obstáculos intervenientes e (d) fatores pessoais” (Lee, 1966, p.100).

Com relação aos fatores associados ao local de origem e destino, tem-se a comparabilidade que se faz dos locais para a avaliação dos fatores positivos e negativos que podem afetar indivíduos de forma igualitária, ao passo que podem afetar diferentes indivíduos de forma distinta.

Entendem-se por fatores negativos (push factors) aqueles que expulsam os imigrantes de seus países de origem, como a pobreza, desemprego, instabilidade política, violências e outros elementos, enquanto os fatores positivos (pull factors), que atraem os indivíduos para o país de destino, estão relacionados à melhora salarial, oferta de emprego, segurança, educação.

Contudo, o deslocamento do país de origem ao destino dos imigrantes, segundo Lee (1966), conta com obstáculos intervenientes que definem a seletividade migratória. Essas barreiras são decorrentes dos custos envolvendo o deslocamento, distância geográfica entre país emissor e receptor, barreiras linguísticas, exigências legais de documentação, ausência de redes sociais e outros elementos que, para o autor, afetam mais as pessoas vulneráveis do que as mais ricas, que dispõem de mais meios para superar as barreiras a elas impostas. Ademais, a respeito dos fatores pessoais, compreende-se a idade, gênero, estado civil, composição familiar, escolaridade, que, sob diferentes perspectivas, têm os riscos e oportunidades são avaliadas de forma distinta.

Com a Teoria do Mercado Dual de Trabalho, Piore (1979) é pioneiro ao analisar a migração sob a lente do mercado de trabalho, sobretudo no país de destino. Para o autor, o mercado de trabalho divide-se em duas categorias: o setor primário, ao contar com empregos estáveis, salários atrativos, benefícios e possibilidade de desenvolvimento profissional; e o setor secundário, marcado por empregos instáveis, salários baixos, condições de trabalho precárias e quase nenhuma possibilidade de desenvolvimento profissional. Com isso, devido à necessidade de países desenvolvidos terem suas vagas do setor secundário preenchidas, visto que os seus nativos rejeitam esses trabalhos, os imigrantes seriam levados a responder a essa demanda estrutural dos países receptores.

Em adição à discussão da dualidade do mercado de trabalho na reprodução de desigualdades entre os trabalhadores, cabe considerar o trabalho do George Martine (2005) a respeito da influência do processo de globalização, que o autor caracteriza como inacabada, nos processos de deslocamento populacionais, ao verificar que a globalização se desenvolve de maneira desigual e aprofunda as vulnerabilidades sociais dos imigrantes no país receptor.

1.2 A Inconsistência Da Globalização Como Fator De Migração

Martine (2005, p. 3) afirma que “o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou do país. Seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos”. A globalização, segundo o autor, faz com que fronteiras sejam rompidas, exibição de luxos, consumo incentivado, sonhos alimentados e expectativa de uma realidade melhor despertada.

No entanto, para Martine, essa globalização é inacabada e, por ser promovida pelo liberalismo de fluxos de capital financeiro e mercadorias, acaba por instituir restrições à mão de obra dos trabalhadores e traz consigo assimetrias que acentuam as desigualdades entre países e atuam como motor das migrações internacionais.

A inacabada globalização, no contexto das migrações internacionais, pode ser explicada pelo paradoxo ao atuar como motor da migração e, simultaneamente, inibidor da livre circulação de trabalhadores. O primeiro paradoxo compreende as expectativas de uma vida melhor do migrante de acordo com a aceleração das transformações sociais; as desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos, que resultam nas disparidades entre ricos e pobres, contribuem para o desejo e necessidade de migrar para países desenvolvidos.

Já em relação ao segundo paradoxo, observa-se que “enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão-de-obra se move a conta-gotas” (Martine, 2005, p. 3), visto que há um controle sobre a mobilidade dos trabalhadores por parte dos países receptores, com o pressuposto de ameaça à estabilidade social e política, competição no mercado de trabalho entre os nativos e imigrantes, além dos imigrantes serem visto como um peso fiscal, entre outras objeções nos lugares de destino, que podem ser exemplificadas no quadro abaixo, que dispõe sobre as vantagens e desvantagens da migração internacional de acordo com Martine (2005, p.10).

Quadro 1 - Vantagens e Desvantagens da Migração Internacional

Vantagens		Desvantagens	
Para os Lugares de Origem e para os Migrantes	Para os Lugares de Destino	Para os Lugares de Origem e para os Migrantes	Para os Lugares de Destino
A migração gera remessas para as famílias, as comunidades e o país, o que promove o dinamismo econômico nos lugares de origem.	Os migrantes ajudam a melhorar a qualidade de vida e barateiam o seu custo nos lugares de destino, ao realizarem atividades que os nativos não querem fazer, e por salários baixos.	Seletividade da migração: a 'fuga de cérebros' leva a déficits de recursos humanos qualificados nos países de origem.	Os países receptores são palco de conflitos e tensões sociais que surgem das diferenças étnicas, linguísticas e religiosas.
A migração permite uma mobilidade social que, de outra forma, seria difícil de alcançar.	A migração revitaliza sociedades envelhecidas ao preencher lacunas demográficas e laborais.	Países e comunidades perdem as pessoas mais criativas, trabalhadoras, empreendedoras e ambiciosas.	Sofrem risco de erosão da cultura nacional.
Os migrantes aprendem ideias, habilidades e valores que ajudam a apressar a modernização do seu país de origem.	Os países receptores recebem, gratuitamente, uma grande quantidade de recursos humanos qualificados cujos custos foram internalizados por outros.	Migrantes são perseguidos e maltratados por xenófobos e considerados cidadãos de segunda classe; tal discriminação – racial e social – retarda a assimilação.	Peso fiscal: pelo menos no início, os migrantes pressionam os serviços sociais, educacionais e de saúde.
A emigração alivia tensões sociais em países de economias estagnadas e com grande população	A migração ajuda a reduzir a inflação e a aumentar a produtividade (respondem melhor	Migrantes sofrem dificuldades de comunicação e adaptação, e estresse psicológico, pela	Riscos para a segurança nacional e de terrorismo aumentam.

jovem.	às mudanças no mercado de trabalho, reduzem sua rigidez).	identidade e do referencial afetivo.	
Em certas condições, promove a emancipação da mulher.	A migração expande a base de consumidores e de contribuintes (impostos).	A migração é um fator de risco, especialmente para mulheres e crianças.	Migrantes competem por empregos e reduzem salários dos locais; isso provoca reações discriminatórias ou rejeições dos nativos do mercado de trabalho.

Fonte: George Martine, 2005, p.10.

Além disso, Martine (2005) aponta que a migração não é inevitável no contexto das dinâmicas globais e traz mais saldos positivos do que negativos se evidenciada com políticas adequadas para o desenvolvimento dos países e a redução da pobreza. Destaca-se que as principais vantagens são, primeiramente, para os países de origem: as remessas financeiras enviadas ao país de origem para as famílias, promovendo maior dinamismo econômico; ao comunicarem e retornarem ao seu local de origem, atuam como motores da modernização através das novas qualificações, ideias e valores; e, sob determinadas circunstâncias, possibilitam a promoção da emancipação das mulheres.

Em relação às vantagens no país de destino, observa-se que os imigrantes preenchem as lacunas no mercado de trabalho deixadas pelos nativos, caracterizados por baixos salários; fornecem capital humano qualificado sem a necessidade de internalizar custos educacionais para o país de destino; uma vez que respondem mais rapidamente às mudanças no mercado de trabalho, os migrantes aumentam a produtividade e reduzem a inflação; revitalizam sociedades envelhecidas e aliviam o sistema de previdência e, por fim, expandem a base de consumo e arrecadação tributária do país de destino, promovendo maior crescimento econômico e equilíbrio fiscal.

As desvantagens apontadas por Martine (2005) estão estritamente relacionadas com as vulnerabilidades sociais experimentadas pelos imigrantes. A vulnerabilidade social pode ser explicada pela definição de Susan Cutter (2011), que a caracteriza como o potencial para perda, que inclui elementos de exposição ao risco atenuantes, como a xenofobia, discriminação racial e social, barreiras legais e culturais e a percepção dos nativos de que os imigrantes são seus competidores no mercado de trabalho, e inclui também a baixa capacidade de resposta e recuperação, seja pela falta das redes sociais e dificuldade de adaptação no país de destino, barreiras linguísticas, documentação inadequada e outras implicações negativas que agravam a situação de vulnerabilidade dos imigrantes ao aumentar sua exposição à marginalização e à exclusão social no país de destino.

2 IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

A trajetória das imigrações no Brasil remonta ao período colonial com a chegada dos portugueses em solo brasileiro em 1500, motivada pela ocupação estratégica e exploração econômica do território, além da “implementação da grande lavoura de exportação a qual deu origem ao tráfico de escravos africanos, movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850)” como apontado por Patarra (2012, p. 8).

Oliveira (2017) observa que o contingente de negros africanos era de aproximadamente 4 milhões de escravizados¹. Sob o aspecto demográfico, isso contribuiu para o aumento da população brasileira e, no que tange aos aspectos sociais, provocou profundas transformações culturais, visíveis na musicalidade, práticas culinárias e religiosas, deixando um legado na formação do Brasil.

O início do século XIX é marcado pela atração de mão de obra branca européia, buscando a “substituição da força de trabalho escrava, fundamental à integração ao modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que se tentava um “branqueamento da população”” (Oliveira, 2017, p. 139). Com direção ao Sul do Brasil, Levy (1974) destaca a atração de portugueses, alemães, italianos, entre outras nacionalidades, para os projetos coloniais voltados à agricultura e ao povoamento da região.

Para a maximização da exploração do crescimento da economia cafeeira, fez-se necessário, atrair mão de obra livre, além da mão de obra escrava presente (Oliveira, 2017). De acordo com Levy (1974), o final do século XIX e início do século XX são marcados pela entrada de 350.117 imigrantes até o período de 1876, onde os portugueses representavam 45,73%, acompanhados de 12,97% de alemães. Enquanto 35,74% pertenciam a outras nacionalidades, a soma de italianos e espanhóis não alcançou 6%.

Já de 1877 a 1903, o Brasil recebeu 1.927.992 de imigrantes, com o expressivo crescimento da migração italiana (48,38%) acompanhado dos portugueses com (31%) e espanhóis (5,75%). O período de 1904 a 1930 apresenta uma redução dos imigrantes italianos², e um aumento dos portugueses (38%) e espanhóis (22%). Destaca-se que, a partir de 1908, há expressiva entrada de imigrantes do Japão,

¹ AJAYI, 2010, p. 895.

² A redução dos imigrantes italianos se deu devido a crise cafeeira, com a proibição de novas plantações de café pelo governo paulista e a promulgação do Decreto Prinetti que proibia as migrações dos italianos financiados pelo Brasil dados as condições precárias que se encontravam nos cafezais. Cf. (Camargo, 1952, p. 228)

Polônia, Rússia e Romênia (Levy, 1974).

Ademais, é possível constatar, na Tabela 1, a participação da população estrangeira ao decorrer do século XX no país, marcada por uma tendência de declínio contínuo durante os anos, quando, no início do século, os estrangeiros representavam 6,16% da população em 1900 e, ao final do século, representavam apenas 0,38%.

Oliveira (2017, p. 141) infere que “do ponto de vista demográfico, o período que segue após os anos 1930 e vai até finais da década de 1970 é considerado como de fechamento à migração”. Tendo em vista, portanto, os principais contextos históricos, a crise de 1929, restrições à entrada de imigrantes na Constituição de 1934, a crise do café e a Segunda Guerra Mundial que levaram ao retardamento dos entrada de imigrantes.

Tabela 1 - População Estrangeira e População Total – Brasil (1900-2000)

Ano	População Estrangeira (A)	População Total Brasil (B)	Proporção de Estrangeiros (A/B) %
1900	1.074.511	16.364.923	6,16
1920	1.565.961	29.069.644	5,11
1940	1.406.342	39.752.213	3,42
1950	1.214.184	50.730.213	2,34
1970	1.229.128	91.909.909	1,32
1980	912.848	118.089.858	0,77
1991	767.781	146.825.475	0,52
2000	651.226	169.799.170	0,38

Fonte: Patarra e Baeninger (2006, p. 89)

Cabe ressaltar que, na década de 1980, os movimentos migratórios no solo brasileiro assumem uma nova forma: marcado tradicionalmente como um país receptor de imigrantes, o Brasil passa a ser reconhecido como país emissor. Devido às transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil, diversos brasileiros se depararam com a necessidade de buscar uma mobilidade social em outros países. Patarra (2012) constata que os países de maior destino dos brasileiros foram: Estados Unidos, Portugal, Paraguai e Japão.

No entanto, os emigrantes brasileiros se valem em terras estrangeiras em uma situação precária de direito à cidadania. Machado (2015) aponta os três principais dilemas enfrentados, relacionados ao:

Trabalho e legalidade (acesso a serviços, saúde, educação, remessas, fragilidade legal, fragilidade emocional, solidão cultural, problemas com os filhos, saudades, dependência de igrejas, pouco associativismo), discriminação social (fixação em lugares baixos na hierarquia social, dificuldades de adaptação, discriminações variadas) e reformulações de relações de gênero (mudança de papéis entre homens e mulheres, independência feminina, separações, casamento com estrangeiros) (Machado, 2015, p. 215).

É possível observar, portanto, a complexidade das mobilidades internacionais e a carência de políticas de apoio e proteção a esses imigrantes, que são marcados por uma profunda transformação em suas vidas. Nesse contexto, destaca-se a importância das redes sociais, trazida por Massey *et al.* (1993) na redução dos custos e riscos da migração, dado que as redes, ao constituírem laços sociais do país de origem no país receptor, fornecem informações, suporte emocional e auxílio no acesso a empregos.

Na virada do século XXI, o Brasil volta a atrair novos fluxos de imigração. Dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, mostram que o número de estrangeiros (estrangeiro e naturalizados brasileiros) aumenta de 592.569 (2010) para 1.009.341 (2022) de imigrantes, uma proporção de 0,31 para 0,50 sobre a população total brasileira (vide Tabela 2, p. 35). Revela-se, portanto, um novo campo de estudo sobre a recente dinâmica de imigração no país, a partir desse ponto de inflexão em relação às décadas anteriores, que demonstraram uma diminuição com início em 1920.

2.1 VIRADA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA

O crescimento da população imigrante no Brasil deve ser compreendida, portanto, a partir de fatores internos e externos que intensificaram esse fluxo na última década. Entendem-se por fatores internos a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, estabilidade política e econômica do país, a política externa diplomática do Estado brasileiro e suas políticas sociais voltadas às novas demandas e novos conflitos vivenciados pela população imigrante, como apontado por Patarra (2012).

Por fatores externos, Patarra (2012) aponta algumas causas externas para o Brasil ser caracterizado como um polo de imigração, nas quais identifica:

Conflitos no norte da África, nos países do Meio Oriente e Ásia, principalmente, e pela crise financeira que tremula os países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos, principalmente), cada um com suas características e especificidades, mas sempre traçando um panorama difícil, assustador e imprevisível. A crise financeira atual, os desastres climáticos e a “Primavera Árabe” constituem dimensões absolutamente decisivas para o conhecimento, entendimento, observação e decisões a respeito dos movimentos migratórios internacionais atuais [...] (Patarra, 2012, p. 7).

A nova Lei de Migração constitui um importante passo para a democracia brasileira ao representar uma ruptura com os resquícios do período ditatorial presentes no antigo Estatuto do Estrangeiro. Segundo Pereira (2020), o texto da referida lei:

Reconhecem o preceito constitucional e asseguram em condições de igualdade com os nacionais a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como o estabelecimento de garantias civis, sociais, culturais e econômicas (Pereira, 2020, p. 180).

Dessa forma, o Brasil é reconhecido como uma rota migratória onde os imigrantes possuem seus direitos garantidos e acesso igualitário aos nacionais às políticas sociais. Ademais, Oliveira (2017) ressalta o papel do desempenho positivo da economia brasileira e a crise econômica ocorrida em 2008, que impactou os países desenvolvidos e colocou o país no mapa como destino para os imigrantes.

Com a intensificação dos fluxos migratórios internacionais, o Brasil tem sua posição geopolítica migratória global reconfigurada. Países do Norte global, com políticas migratórias cada vez mais restritivas à entrada de estrangeiros e avanço do discurso xenofóbico, consolidam o solo brasileiro como principais ponto de destino dos imigrantes (Magalhães, 2017).

O Brasil ainda avança em suas políticas migratórias ao alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas), em específico com o ODS 10, Redução das Desigualdades, a meta 10.7, que visa "facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas" (Ipea, 2024, p. 8), fortalecendo mecanismos de integração local e proteção de direitos dos estrangeiros no país.

Cabe ressaltar as transformações e efeitos significativos dos movimentos internacionais envolvendo o Brasil e países do Mercosul. Patarra e Baeninger (2006) destacam que a consolidação do Mercosul ampliou a circulação de pessoas por meio de políticas que facilitaram a residência, trabalho e regularização migratória entre os Estados-membros. Nessa dinâmica, o Brasil assume papel central ao atuar como país de grande atração, sobretudo para argentinos, paraguaios e bolivianos, devido à oferta de trabalho e estabilidade política e econômica (Patarra 2012).

A reconfiguração do Brasil como polo receptor de imigrantes representa, portanto, uma transformação profunda em sua trajetória migratória histórica, a partir da convergência entre avanços legislativos internos, contextos externos adversos nos países de origem dos imigrantes, inserção do país em acordos como o Mercosul e Agenda 2030 da ONU, entre outros elementos, que configura um crescimento quantitativo da população imigrante no país, evidenciando também mudanças nos países de origem e nos padrões de inserção territorial, a partir da análise dos dados demográficos no período de 2010 e 2022, na seção 3.2.1. Panorama geral da imigração internacional no Brasil (2010-2022).

3 PERFIL SOCIOECONOMICO DOS IMIGRANTES DAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa explicativa com abordagem quali-quantitativa, objetivando compreender os processos migratórios internacionais em Roraima e Santa Catarina. A abordagem quantitativa fundamenta-se na análise dos microdados do Censo Demográfico, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a abordagem qualitativa articula-se com a revisão bibliográfica sobre os fatores determinantes da migração nos estados selecionados.

A escolha dos estados de Roraima e Santa Catarina como recortes espaciais, assim como a seleção do Censo Demográfico de 2010 como recorte temporal, será justificada nas notas metodológicas apresentadas nas seções 3.1.1 e 3.1.2, respectivamente.

Para a análise dos imigrantes em Roraima e Santa Catarina, utilizou-se o questionário da amostra do Censo Demográfico de 2010, que permite identificar a população imigrante e caracterizá-la através de variáveis sociodemográficas fundamentais. As variáveis selecionadas para identificação dos imigrantes estrangeiros, bem como para análise socioeconômica, estão detalhadas nas seções seguintes.

Essas variáveis, dispostas no levantamento censitário, possibilitam realizar inferências comparativas nas regiões analisadas, permitindo compreender as características individuais e coletivas dos imigrantes. Os procedimentos adotados para tratamento e análise dos dados serão descritos na seção 3.1.4.

3.1 Notas metodológicas

3.1.1 Justificativa para o recorte espacial

A seletividade dos imigrantes internacionais por região de destino no Brasil é influenciada por múltiplos fatores econômicos, sociais e geográficos que resultam na atração de perfis diferenciados de migrantes para distintas regiões (Patarra; Baeninger, 2006). Diferentes estados e regiões do país apresentam variações substanciais nas oportunidades de emprego, na existência de redes sociais de apoio e nas condições socioeconômicas locais, o que determina a heterogeneidade dos perfis migratórios.

No recorte espacial deste estudo, selecionaram-se as regiões Norte e Sul, com os estados de Roraima e Santa Catarina representando cada região, respectivamente, para a análise da seletividade dos imigrantes internacionais. Essa escolha justifica-se pela diversidade socioeconômica e pelos distintos padrões migratórios que caracterizam essas regiões. Assim, o recorte permite uma comparação significativa entre critérios de seletividade em contextos regionais distintos, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos processos migratórios no Brasil.

3.1.2 Justificativa para o recorte temporal

O estudo foi desenvolvido exclusivamente a partir dos dados do Censo de 2010, tendo em vista a abrangência, detalhamento e confiabilidade das informações da pesquisa censitária, a qual permanece como a fonte mais completa sobre migração internacional no Brasil até o momento. É importante destacar que, embora o Censo de 2022 constitua uma fonte mais recente e relevante para compreender os movimentos migratórios atuais, a divulgação dos microdados desse último censo está atrasada. Essa demora impede a utilização plena dos dados necessários para este estudo, uma vez que as informações específicas do questionário amostral ainda não foram disponibilizadas.

Dessa forma, o Censo de 2010 permanece como a base principal para a realização deste trabalho, garantindo a qualidade e a consistência da análise realizada. Após a divulgação completa dos dados do Censo Demográfico de 2022, os resultados apresentados nesta monografia poderão ser atualizados e aprimorados, visto que o último Censo traz informações mais recentes e detalhadas sobre os movimentos migratórios no Brasil, refletindo as transformações recentes na dinâmica populacional, incluindo o crescimento da população imigrante no país.

3.2 Variáveis utilizadas para o estudo de caso

3.2.1 Identificação dos imigrantes estrangeiros no Brasil

As variáveis do Censo de 2010 que permitem identificar os imigrantes estrangeiros no Brasil incluem, principalmente:

- Nacionalidade (Brasileiro nato, Naturalizado brasileiro e Estrangeiro): variável que indica o país de nascimento do indivíduo, fundamental para distinguir imigrantes estrangeiros da população natural do país. Neste estudo, que tem como foco o processo de seletividade dos imigrantes estrangeiros, consideramos apenas os indivíduos naturalizados brasileiros e os estrangeiros. Os brasileiros residentes no exterior que retornaram para o país, ao longo dos anos 2000-2010 foram excluídos do estudo, por se tratar de uma migração de retorno dos naturais.
- Nome do país de nascimento: questão respondida pelos naturalizados brasileiros e estrangeiros. Importante salientar que o país de nascimento não necessariamente coincide com o país de origem do migrante internacional. Essa informação só será coincidente se o país de residência anterior ou na data fixa for o mesmo país de nascimento, ainda que o indivíduo tenha realizado outros movimentos migratórios internacionais ao longo de sua vida. No Censo de 2010 há duas possibilidades de identificar o imigrante internacional, no Brasil: através da informação de última etapa, quesito através do qual o indivíduo informa o nome do país estrangeiro de residência anterior; e através da informação de data fixa, através do qual o indivíduo informa o nome do país estrangeiro de residência em 31/07/2010. Neste estudo utilizamos a data fixa 31/07/2010, porque capta melhor os movimentos migratórios recentes.
- Tempo de residência no Brasil: informa o tempo ininterrupto que o imigrante vive no país, possibilitando situar o movimento migratório no tempo e separar as coortes imigratórias recentes daquelas mais antigas, procedimento imprescindível para análise de processos de inserção e adaptação dos imigrantes nas sociedades receptoras.

3.2.2 Análise socioeconômica dos imigrantes estrangeiros

Para a caracterização do perfil socioeconômico dos imigrantes estrangeiros no Brasil, o Censo Demográfico de 2010 disponibiliza as seguintes variáveis:

- Idade (V6036): a variável idade é crucial para identificar o perfil etário dos imigrantes, que geralmente apresenta um predomínio de jovens adultos em idade produtiva, o que influencia diretamente a inserção no mercado de trabalho e as demandas por serviços sociais (Ravenstein, 1885).
- Sexo (V0601): possibilita avaliar a proporção entre homens e mulheres imigrantes, o que pode revelar diferenças importantes nos padrões migratórios, como razões de migração, tipos de emprego e condições de vulnerabilidade social. Além disso, a análise combinada de sexo e idade (estrutura etária) é essencial para analisar o impacto da migração sobre a população local e sobre as necessidades e desafios na formulação de políticas públicas voltadas à saúde, educação e integração social dos migrantes.
- Nível de instrução (V6400) : permite avaliar o capital humano dos imigrantes e sua capacidade para se inserir no mercado de trabalho conforme seu nível de escolaridade, sendo possível compreender os diferenciais de ocupação e rendimento, além de orientar políticas públicas de qualificação e capacitação profissional dessa população. Lee (1966) compreende que indivíduos com elevado nível de instrução e rendimento estável, migram de forma frequente devido à oferta de condições de trabalho mais vantajosas em outros lugares.
- Ocupação (V6461/V0648): esta variável identifica as atividades profissionais exercidas pelos imigrantes e revela padrões de inserção laboral específicos. A análise da ocupação permite identificar se as posições ocupadas por imigrantes condizem com seu nível de instrução ou se estão enfrentando processos de desqualificação profissional.
- Posição e Categoria de trabalho (V6930) : permite a distinção entre os trabalhadores formais e informais, empregados e empregadores, autônomos entre outros, revelando as condições de inserção laboral e de vulnerabilidade social dos imigrantes, sobretudo no mercado de trabalho informal.

Piore (1979), em sua teoria do Mercado de Trabalho Dual, observa a dualidade presente nas economias modernas, onde as atividades do setor primária (formal) contam com melhores posições, estáveis e salários altos, que seriam ocupadas pelos nativos, e os trabalhadores imigrantes tenderiam a preencher as demandas do setor secundário (informal), de baixa remuneração, condições precárias de trabalho e sem perspectiva de promoção.

- A taxa de participação na força de trabalho (V6940): dado pelo percentual da população em Idade Ativa (PIA) (pessoas de 14 anos ou mais de idade), que está trabalhando ou procurando ativamente por emprego, a partir do cálculo dividindo a População Economicamente Ativa (PEA) pela População em Idade Ativa (PIA).
- Rendimento (V6532): constitui um indicador-chave para avaliar as diferenças salariais em relação a dos nativos e condições de inserção econômica. Harris e Todaro (1970) apontam que o rendimento tem grande impacto na decisão migratória, tendo em vista que a migração ocorre de países com baixos salários para os de altos salários no local de destino, maximizando a renda esperada neste último.

Este conjunto de variáveis socioeconômicas é de fundamental importância para o estudo do perfil socioeconômico e do processo de seletividade dos imigrantes internacionais no Brasil, pois permite construir um panorama detalhado da sua inserção social e econômica no país.

3.2.3 Procedimento

Primeiramente, a partir do banco de dados do Censo Demográfico brasileiro de 2010, confeccionado pela união (merge) dos arquivos dos Censos Estaduais e do Distrito Federal, identificamos a população e o estoque de imigrantes estrangeiros por Unidade da Federação. Para essa etapa, utilizamos o R para o carregamento dos microdados, a filtragem dos imigrantes, a construção das variáveis e todas as análises descritivas do perfil migratório, enquanto o SPSS foi utilizado para conferência, tabulação complementar e validação dos resultados.

Ressalta-se que, na categoria imigrantes estrangeiros, estamos admitindo apenas os naturalizados brasileiros e os estrangeiros e não estamos incluindo os imigrantes naturais que, tendo residido no exterior, retornaram ao país em algum momento de suas vidas.

Em outro momento, no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE) obtivemos as mesmas informações anteriores, para o Censo de 2022, cujos microdados ainda não foram divulgados pelo referido Instituto, como informamos anteriormente. Com esses resultados estimamos o percentual de estrangeiros e naturalizados brasileiros residentes no país, nos respectivos Censos, assim como observamos a evolução quantitativa desta população, ao longo do tempo.

3 Análise dos Resultados

3.3.1 Panorama geral da imigração internacional no Brasil (2010-2022)

Na Tabela 1, apresenta-se o estoque de imigrantes estrangeiros em 2010 e 2022, a primeira informação sobre a imigração internacional no Brasil, obtida pelo cruzamento entre as seguintes variáveis: UF de residência (V0001) e Nacionalidade (0620). Ressalta-se que esta última não foi respondida: (i) pelos indivíduos que nunca residiram em município diferente do município de nascimento (V0618 (1) - nasceu e sempre morou no município); e (ii) pelos indivíduos que nunca residiram em UF diferente da UF na qual se localiza o município de nascimento (V0619 (1) - nasceu e sempre morou na UF, incluindo o Distrito Federal).

Ressaltamos, ainda, que a combinação entre as variáveis Município e UF de nascimento é importante para a captação dos imigrantes internos (mudanças de residência entre as UFs brasileiras) e que a variável Nacionalidade é aquela que traz a primeira informação sobre o quantitativo acumulado de estrangeiros e naturalizados brasileiros, residentes no país.

Tabela 2 - População Total: Brasileira, Naturalizados Brasileiros e Estrangeiros e da População Estrangeira (Naturalizados Brasileiros e Estrangeiros) residente no Brasil (2010-2022)

Ano Censitário	População	Naturalizados		Total	%
		Brasileiros	Estrangeiros		
2010	190.755.799	161.250	431.320	592.570	0,31
2022	203.080.756	216.340	792.998	1.009.338	0,53

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2022.

Como se pode notar na Tabela 2, o percentual de estrangeiros e naturalizados brasileiros no país é bastante reduzido, representando cerca de 0,31% da população total brasileira em 2010 e 0,53% da população total brasileira de 2022. Em valores absolutos, o número total de estrangeiros e naturalizados passou de 592.570 em 2010 para 1.009.338 em 2022, um aumento de 70,3%, alcançando o maior número desde 1980 (Patarra; Baeninger, 2006).

Apesar desse crescimento expressivo, os estrangeiros ainda constituem uma parcela muito pequena da população brasileira, refletindo percentual relativamente baixo no panorama demográfico nacional.

Esse fenômeno mostra que, embora haja crescimento na imigração recente, os estrangeiros e naturalizados continuam sendo uma minoria significativa e restrita no total da população do Brasil. Como já abordado no primeiro capítulo, as redes migratórias também desempenham papel fundamental ao estabelecerem e facilitarem a chegada de novos migrantes, conferindo ao fluxo migratório maior vigor e autonomia. No caso brasileiro, a legislação, ao estender aos imigrantes estrangeiros alguns direitos sociais, como saúde e educação, os imigrantes estrangeiros, contribui para o poder de atração exercido pelo país sobre os indivíduos propensos a migrarem. Devido a esse conjunto de fatores, "(...) o fluxo de estrangeiros em busca de uma vida mais satisfatória no Brasil tem crescido, na última década, e o país tem vivido uma nova onda de migração em sua história, sobretudo, de origem latino-americana e africana" (Schmitz, 2015, p. 2).

Ainda em relação aos imigrantes estrangeiros, é importante salientar que estes indivíduos não estão distribuídos uniformemente no território brasileiro, devido ao intenso processo de seletividade migratória que ocorre no interior de cada estado. Segundo Braga (2011), a distribuição espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil é influenciada por diversos fatores econômicos, sociais e históricos, que determinam suas concentrações principalmente nas regiões urbanas e nos centros econômicos mais desenvolvidos do país.

Como se pode notar na Tabela 3, apesar dos imigrantes internacionais permanecerem extremamente concentrados na região Sudeste, houve mudanças substanciais na distribuição espacial destes indivíduos no território brasileiro entre 2010 e 2022. Do total de estrangeiros que chegaram no país em 2010, 393.679 (66,4%) pessoas tiveram a região Sudeste como destino, mas o Censo de 2022 revela que, apesar de a grande maioria dos imigrantes estrangeiros continuar se dirigindo para a

região Sudeste, esta apresentou, entre 2010-2022, uma perda relativa em seu poder de atração. Apesar de ter atraído um número ainda mais elevado de imigrantes estrangeiros, 462.746 imigrantes, em termos relativos, representam 45,85% do total de imigrantes estrangeiros no Brasil naquele período. A perda relativa da região sudeste é compensada pelo aumento da participação relativa de imigrantes estrangeiros, em outras regiões brasileiras.

Tabela 3 - Imigrantes internacionais no Brasil por Grandes Regiões: valores absolutos e percentuais (2010–2022)

Região	2010		2022	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Brasileira				
Norte	25.738	4,34	161.028	15,95
Nordeste	33.400	5,64	50.528	5,01
Sudeste	393.679	66,44	462.746	45,85
Sul	102.284	17,26	259.751	25,73
Centro-Oeste	37.469	6,32	75.285	7,46
Total	592.570	100	1.009.338	100

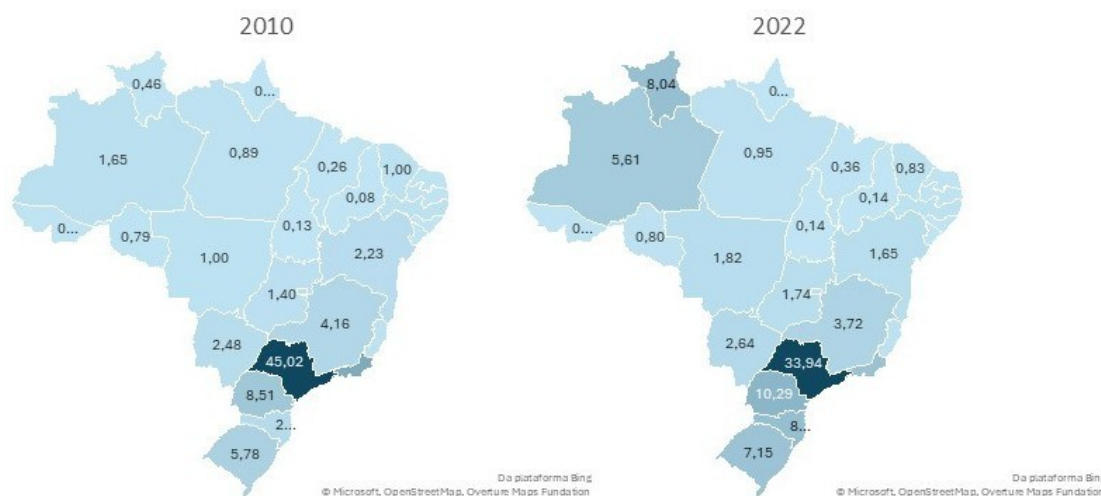
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 e 2022.

Neste caso, destacam-se as regiões Norte e Sul, que tiveram aumentos significativos em valores absolutos e relativos no número de imigrantes. A região Sul saltou de 102.284 para 259.752 mil imigrantes, ampliando sua participação relativa de 17,26% para 25,73% entre o período de 2010 e 2022. Essa expansão pode ser explicada pelas oportunidades econômicas que vêm se expandindo com o agronegócio, indústria e redes de apoio à imigração através de políticas públicas locais (Sala e Carvalho, 2008).

Já o Norte passou de cerca de 25.738 para 161.028, elevando a participação relativa de 4,34% para 15,95% da população total nacional. O fenômeno na região está relacionado intrinsecamente com o fluxo de venezuelanos via fronteira de Roraima e políticas federais de interiorização (Pereira, 2020). Essas alterações evidenciam um processo de redistribuição dos fluxos migratórios, com perda relativa no Sudeste e expansão do poder de atração em valores absolutos e relativos das demais regiões brasileiras do período de 2010-2022.

No interior das regiões, destacam-se também as mudanças relativas em algumas unidades federativas (UF). Como se pode notar na Figura 1, o mapa em questão reforça tendências observadas na tabela anterior, ao demonstrar a distribuição espacial dos imigrantes por estado brasileiro com sua participação relativa em relação ao total da população brasileira.

Figura 1 - Distribuição espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil (2010-2022)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2022.

Os dados mostram que em 2010, o estado de São Paulo liderava como UF de grande poder de atração de imigrantes sobre o total nacional com 45,02%, seguido do Rio de Janeiro com 16,34%. Os percentuais destacam a forte atração dos fluxos na região sudeste, com os dois estados, Minas Gerais (4,16%) e Espírito Santo (0,91%) respondendo por 66,44% dos imigrantes no Brasil no ano de 2010.

Já no ano de 2022, é possível observar uma redução significativa da participação relativa de São Paulo, com redução para 33,94%, Rio de Janeiro para 7,45%. A redução relativa destes estados, apesar do crescimento absoluto da região Sudeste, evidencia a redistribuição na diversificação dos destinos migratórios, sobretudo em direção aos estados da região Norte e Sul.

Com a redução relativa dos estados da região Sudeste, estados da região Sul destacam-se pelo aumento de participação relativa: Paraná com (10,29%), Santa Catarina (8,29%) e Rio Grande do Sul (7,15%), indicando o fortalecimento da região como pólo receptor. Enquanto isso, o crescimento expressivo encontra-se nas UFs da região Norte, especialmente no Amazonas, que sai de 1,65% em 2010 para 5,61% (2022), e Roraima que vai de 0,46% (2010) para 8,04% (2022).

Assim sendo, o mapa confirma o protagonismo dos fluxos de imigrantes em direção ao Norte e Sul do Brasil, deixando de se concentrar somente na região Sudeste, sinalizando novas dinâmicas demográficas e desafios para a gestão migratória brasileira. Nesse contexto, Roraima e Santa Catarina emergem como casos representativos desta nova dinâmica migratória nos extremos do país, cada um marcado por distintas condicionantes migratórias que possibilitam uma análise robusta. Tais condicionantes, associadas às características socioeconômicas, geográficas e históricas fundamentalmente distintas, serão detalhadas no capítulo a seguir.

3.4 Breve caracterização dos estados selecionados para estudo de caso

O povoamento do Estado de Santa Catarina foi fortemente marcado pela imigração europeia com a chegada de imigrantes alemães, italianos e em menor expressão poloneses, russos e austríacos (Levy, 1974). Assis *et al.* (2018), observam a contribuição destes imigrantes na formação de uma imagem do estado como terra de oportunidade, marcando a etnicidade da população, sua formação urbana, bem como os setores de agricultura e indústria. Esse legado imigratório teve profunda influência sobre a economia estadual até os dias atuais.

Goularti Filho (2002) aponta que a formação econômica de Santa Catarina foi influenciada pela integração das indústrias locais e pelos efeitos da imigração. A partir dos dados do Sistema de Contas Regionais (SCR), que realiza as estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) da Unidade da Federação, foi possível observar que o referido estado possui a 6º maior economia do Brasil e um crescimento estimado de 4,7% em 2023, superando a média nacional de 3,4%. O PIB per capita estadual (R\$ 67.459,74) é o 5º maior do país, acima da média brasileira de R\$ 53.886,67.

Ademais, em relação aos atuais aspectos populacionais, de acordo com estudo de estimativa das populações residentes dos municípios brasileiros de 2025, enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo do Fundo de Participação de Estados e Municípios, Santa Catarina apresentou uma população estimada em 8.187.029 habitantes, considerando a contagem de indivíduos até o dia 1º de julho de 2025, sendo o 10º estado mais populoso do Brasil e representando 3,8% da população brasileira. O estado apresentou crescimento populacional de 1,60% entre 2024 e 2025, ficando atrás de Roraima (3,07%).

Já Roraima está configurado como o estado menos populoso do Brasil, sua população está estimada em 738.772 habitantes (2025), representando aproximadamente 0,35% da população nacional. No entanto, devido ao aumento do volume de imigração venezuelana no estado nos últimos anos (Pereira, 2020), possibilitou-se o maior crescimento populacional do país, com taxa de 3,07% entre 2024 e 2025. Em relação ao PIB de Roraima, o Sistema de Contas Regionais aponta que o PIB per capita estadual atingiu R\$ 39.460,54 (2023), posicionando Roraima em 15º no ranking nacional e manteve sua participação em 0,2% no PIB brasileiro.

Segundo o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do IPEA, entre 2000 e 2010, os estados de Santa Catarina e Roraima reduziram sua vulnerabilidade social, contudo em níveis diferenciados, dadas suas atuais configurações. Santa Catarina ocupou, em 2000 e 2010, a 1º posição nacional, 0,292% e 0,192%, respectivamente, e situada bem abaixo da média brasileira, que teve uma variação de 0,490 (2000) para 0,354 (2010), sendo possível refletir nas condições favoráveis de infraestrutura, capital humano e renda e trabalho de Santa Catarina.

Entretanto, apesar do IVS de Roraima ter tido uma melhora, de 0,461 (2000) para 0,366 (2010), o estado permaneceu entre os mais vulneráveis, saindo da 16º (2000) para 19º posição nacional em 2010 e ficando acima da média nacional em 2010, apresentando a necessidade do estado em superar desafios na infraestrutura, desenvolvimento econômico e acesso a serviços, por fim revelando as desigualdades entre Norte e Sul do país.

Não obstante, os estados apresentam fatores de atratividade, como posição geográfica, dinâmica econômica e políticas de acolhimento distintas, que explicam os fluxos migratórios internacionais por eles recebidos.

A migração internacional em direção a Roraima é configurada a partir dos fatores geográficos, região fronteiriça, e de proteção humanitária, sobretudo com a volumosa entrada de venezuelanos por conta da crise política e econômica em seu país, que buscam melhores condições de vida no estado brasileiro através desta “migração forçada”³ (Azevedo, 2023).

Contudo, segundo Pereira (2020), os venezuelanos enfrentam alguns desafios impostos pelo discurso neoliberal que reforça a xenofobia e competição entre eles e os locais, mesmo que tenham seus direitos garantidos na Lei 13.445/2017. O autor complementa que se faz necessária uma abordagem mais inclusiva das políticas sociais para a promoção igualitária e justa dos imigrantes, especialmente no que tange a Roraima reconhecer o potencial positivo dos imigrantes para maior inserção destes na sociedade e no mercado de trabalho.

Ademais, Azevedo (2023) compreende que as esferas de governo, articulada com outros organismos, precisam se mobilizar no desenvolvimento de políticas públicas, dado que:

Quando uma determinada população migra para o território de outra nação, essa população apresenta uma elevada demanda por serviços públicos, tais como: educação, saúde, assistência social e oportunidade de integração

³ Segundo Azevedo (2023), a migração forçada ocorre quando “determinada parcela da população de um país é forçada, por motivos alheios à sua vontade, a deixar seu território de nascença, suas atividades profissionais, seus negócios, parentes, amigos, para conseguir refúgio em outra nação com costumes e cultura, idiomas, totalmente diferente do seu” (Azevedo, 2023, p. 83).

profissional com as habilidades que ela possui (Azevedo, 2023, p. 16).

De modo a auxiliar na redução da pressão sobre os serviços públicos da gestão estadual de Roraima, a Operação Acolhida, iniciativa federal, buscou interiorizar esses imigrantes por todo o Brasil. Apesar da política federal ter resultados positivos, Azevedo (2023) pondera que a política carece de acompanhamento e incentivos para fortalecer a rede de proteção social desses imigrantes, tornando necessárias políticas públicas eficazes para o acolhimento e a assistência aos mesmos.

Por sua vez, os imigrantes internacionais de Santa Catarina têm fatores econômicos estruturais e de qualidade de vida, determinantes. Predominando, os fatores de pull (atração) para o estado, ao contrário de Roraima, onde os fatores de repulsão (push) dos países de origem prevalecem. Ademais, o estado catarinense configura-se como área de retenção populacional, caracterizada por fluxos migratórios laborais voluntários, com maior permanência e integração socioeconômica (Magalhães, 2017).

Segundo Melo de Oliveira (2019), o contexto histórico das migrações internacionais no estado sulista, especialmente de alemães (históricos) e haitianos (2010), indica motivações e condições distintas nos movimentos migratórios. Magalhães (2017, p. 179) revela que “entre 2010 e 2013, a imigração haitiana no Brasil foi de um volume superior a outros fluxos historicamente constituídos, como o de portugueses, argentinos e paraguaios” (Magalhães, 2017, p. 179).

A emigração de Haitianos foi impulsionada pelas crises em curso no país caribenho, que incluíram instabilidade política e desastres naturais (Magalhães, 2017). Além disso, esses imigrantes e de países africanos encontram barreiras no mercado de trabalho catarinense, devido à racialização e discriminação (Assis *et al.*, 2018).

Portanto, para maior compreensão do perfil socioeconômico dos imigrantes internacionais em Santa Catarina, o próximo capítulo apresentará uma análise detalhada das características da população estrangeira e naturalizada brasileira residente no estado no ano de 2010. A caracterização abrange dimensões fundamentais da inserção desses imigrantes na sociedade catarinense, incluindo estrutura etária, os 10º maiores países de origem, nível de instrução, taxa de participação no mercado de trabalho, tipos de atividades econômicas desenvolvidas e níveis de rendimento.

3.4.1 Perfil socioeconômico dos imigrantes selecionados para estudo de caso

3.4.1.1 Santa Catarina

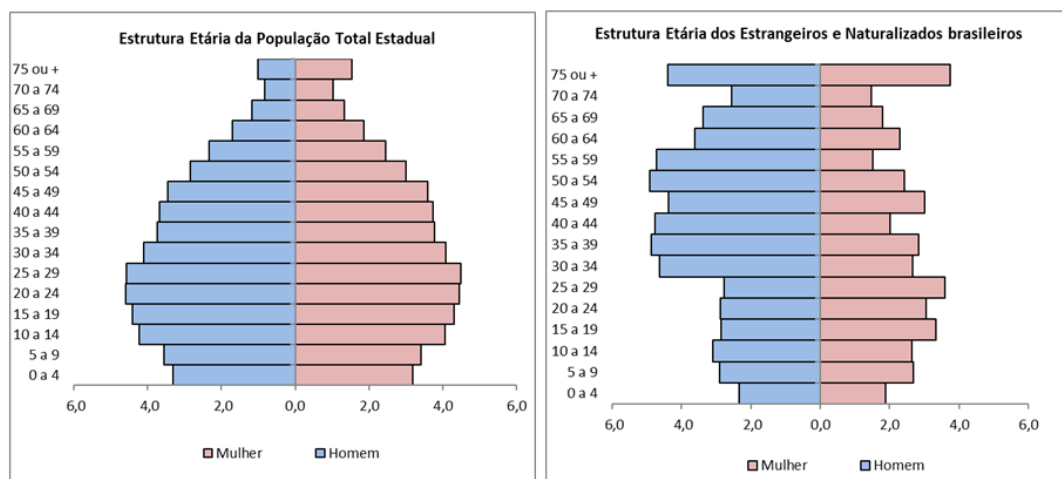
Segundo dados censitários, em 2010, Santa Catarina tinha uma população de 6.248.436 habitantes, representando 3,28% da população total brasileira, dentre os quais apenas 17.623 (0,28%) eram estrangeiros ou naturalizados brasileiros. O Censo de 2022, por sua vez, indica uma população total de 7.610.361 habitantes (3,75% da população brasileira) e um total de 83.708 imigrantes. Como já mencionado, apesar de o número de imigrantes estrangeiros residentes neste estado ser reduzido em comparação ao volume de estrangeiros de São Paulo (342.523), marcada por forte atração, o aumento abrupto no interregno 2010-2022 tem chamado a atenção de pesquisadores, no país.

No Gráfico 1, apresentam-se as estruturas etárias da população total do Estado de Santa Catarina e da população estrangeira. A pirâmide à esquerda possui formato mais próximo ao modelo tradicional, mas é importante observar que se trata de uma estrutura etária bastante envelhecida, dado o número relativamente baixo de jovens e crianças.

Já a pirâmide à direita exibe uma base mais estreita e uma concentração maior de população nas faixas adultas e idosas, evidenciando que a estrutura etária deste segmento populacional específico é mais envelhecida. Enquanto a idade média da população total do Estado era de 26,4 anos e a idade mediana estimada em 23 anos, para a população estrangeira ou naturalizada esses valores eram iguais a 40,9 e 40 anos, respectivamente.

Como a migração internacional é também bastante seletiva por idade, com predomínio de jovens e adultos nos fluxos, e na grande maioria das vezes motivada por fatores econômicos (possibilidades de emprego e/ou maiores rendimentos nos países de destino) esses resultados, idades média e mediana mais elevadas e, portanto, estrutura etária mais envelhecida, já eram esperados. É interessante observar que os homens tendem a ser maioria nos fluxos migratórios internacionais, enquanto as mulheres tendem a prevalecer em fluxos de curta distância (Ravenstein, 1885).

Gráfico 1 - Estrutura etária da população estadual, da população estrangeira e naturalizada brasileira - Santa Catarina (2010)

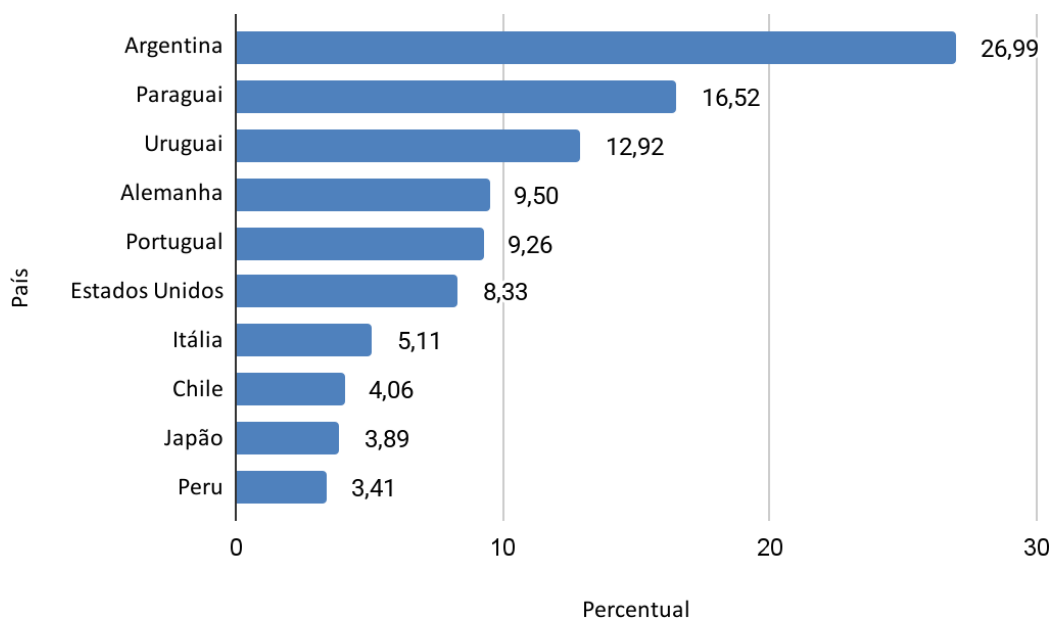


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em relação ao tempo de residência, 6,1% dos imigrantes são pessoas bastante idosas que emigraram para o Brasil na primeira metade do século XX, 50,1% são sobreviventes de movimentos migratórios ocorridos na segunda metade do século XX e 43,8% emigraram para o Brasil, na primeira década deste Século XXI.

Como se pode observar no Gráfico 2, os imigrantes provenientes da Argentina (26,99%), Paraguai (16,52%) e Uruguai (12,52%) têm uma presença significativa em Santa Catarina. Esta constatação leva a admitir que a decisão do país de destino é fortemente influenciada pela proximidade espacial entre estes países e o estado em questão. Como já mencionado, a proximidade geográfica facilita e incentiva o deslocamento de pessoas em busca de melhores oportunidades econômicas, sociais e de qualidade de vida, já que as rotas migratórias são mais acessíveis e apresentam custos menores, tanto monetários quanto não monetários (Sala e Carvalho, 2008).

Gráfico 2 - Os 10 Países de Origem dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Uma das motivações para o maior volume de argentinos, paraguaios e uruguaios em direção ao Brasil em 2010 pode ser atribuída, como observam Sala e Carvalho (2008), ao desempenho econômico desses países no início dos anos 2000. Nesse período, o PIB per capita da Argentina, Paraguai e Uruguai apresentou variações negativas de $-1,9\%$, $-5,7\%$ e $-2,6\%$, respectivamente, enquanto o Brasil registrava crescimento de $2,4\%$. Tal cenário evidencia que, ao realizarem o cálculo dos custos e benefícios da migração, avaliando retorno monetário, salários esperados, melhores condições de trabalho e maior estabilidade econômica, os indivíduos tendem a se deslocar para regiões onde a expectativa de ganho é superior (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969). Assim, no caso analisado, o Brasil se configurava como destino mais atrativo devido ao seu PIB per capita mais elevado e ao ambiente econômico relativamente mais favorável.

Além disso, a facilidade de circulação, o desenvolvimento das cidades catarinenses e a oferta de serviços públicos de qualidade tornam Santa Catarina um destino particularmente atrativo para esses grupos de imigrantes (Sala e Carvalho, 2008).

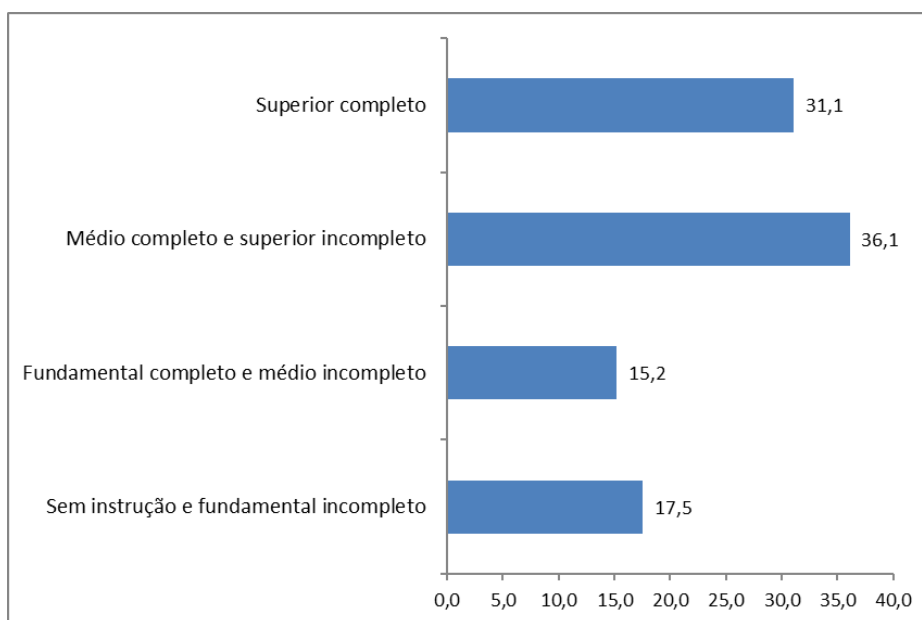
No caso dos paraguaios e uruguaios, os processos migratórios costumam estar relacionados à busca por empregos urbanos e industriais, bem como ao adensamento das fronteiras, que intensifica os fluxos transfronteiriços de população e bens. Cebrián de Miguel (2025) sinaliza que,

Aproximadamente 80% dos migrantes da América do Sul são migrantes intrarregionais. (...) Esse crescimento é resultado de vários fatores, entre eles a diminuição da imigração para a Europa, o endurecimento das políticas de imigração no exterior, a evolução positiva das políticas migratórias em nível regional e nacional, as maiores oportunidades de emprego na América do Sul, o aumento dos meios de comunicação e a redução dos custos de transporte (Cebrián de Miguel, 2025, p. 383, tradução nossa)⁴.

Como se pode notar no Gráfico 3, através do qual podemos visualizar a distribuição desta população segundo o nível de instrução, a maioria dos estrangeiros e naturalizados brasileiros residentes em Santa Catarina encontram-se entre ensino médio completo e superior incompleto, seguida por aquelas com ensino superior completo, ou seja, nas faixas mais elevadas de escolaridade. Número relativamente menor de estrangeiros encontram-se nos níveis de escolaridade mais baixos. A informação sobre a escolaridade dos imigrantes estrangeiros é bastante importante porque as oportunidades econômicas e de acesso ao mercado de trabalho e mobilidade social estão intrinsecamente relacionadas ao nível de escolaridade dos indivíduos. Como aponta a literatura, a escolaridade é um dos mais importantes determinantes da inserção, ocupação e nível de rendimento auferido pelos indivíduos no mercado de trabalho (Becker, 1993). E, no contexto das migrações internacionais, caracteriza como fator determinante no sucesso, ou insucesso das mesmas, dado o acirrado processo de seletividade.

⁴ No original: “Aproximadamente, el 80% de los migrantes de América del Sur son migrantes intrarregionales. (...) Este crecimiento es el resultado de varios factores, entre ellos el descenso de la inmigración en Europa, el endurecimiento de las políticas de inmigración en el extranjero, la evolución positiva de las políticas migratorias a nivel regional y nacional, las mayores oportunidades de empleo en América del Sur, el aumento de los medios para comunicarse y la reducción de los costos de transporte” (Cebrián de Miguel, 2025, p. 383).

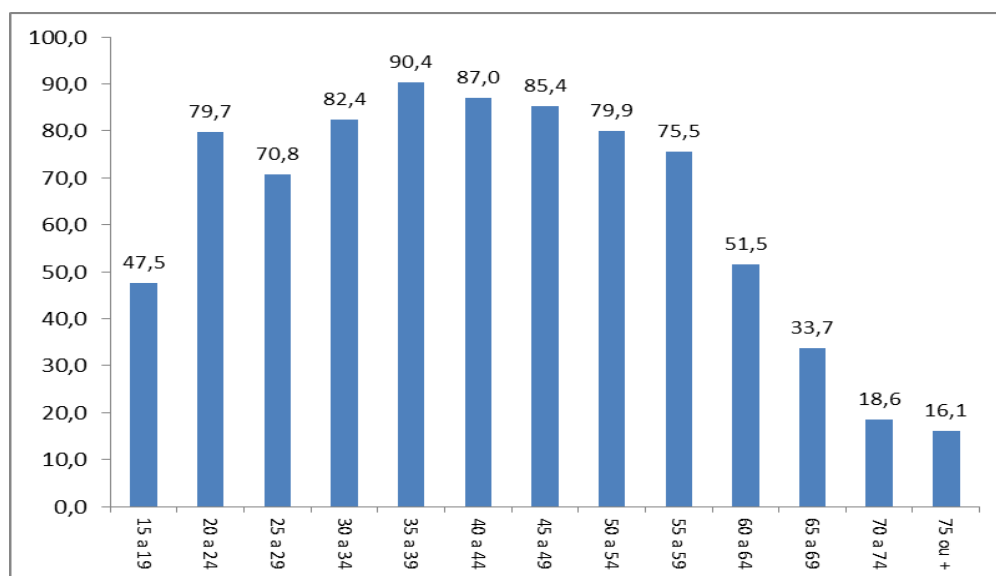
Gráfico 3 - Nível de Instrução dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Continuando com a restrição do estudo aos estrangeiros de 15 anos ou mais de idade, segundo o Censo de 2010, 9.648 (64,8%) eram economicamente ativos e 5.233 (35,2%) não economicamente ativos. Verificando as taxas de participação, por idade, dispostas no Gráfico 4, constata-se que elas são relativamente mais baixas entre jovens de 15 a 19 anos e entre indivíduos a partir dos 60 anos, ressaltando-se que, a partir desta faixa etária as taxas de participação caem abruptamente devido às aposentadorias.

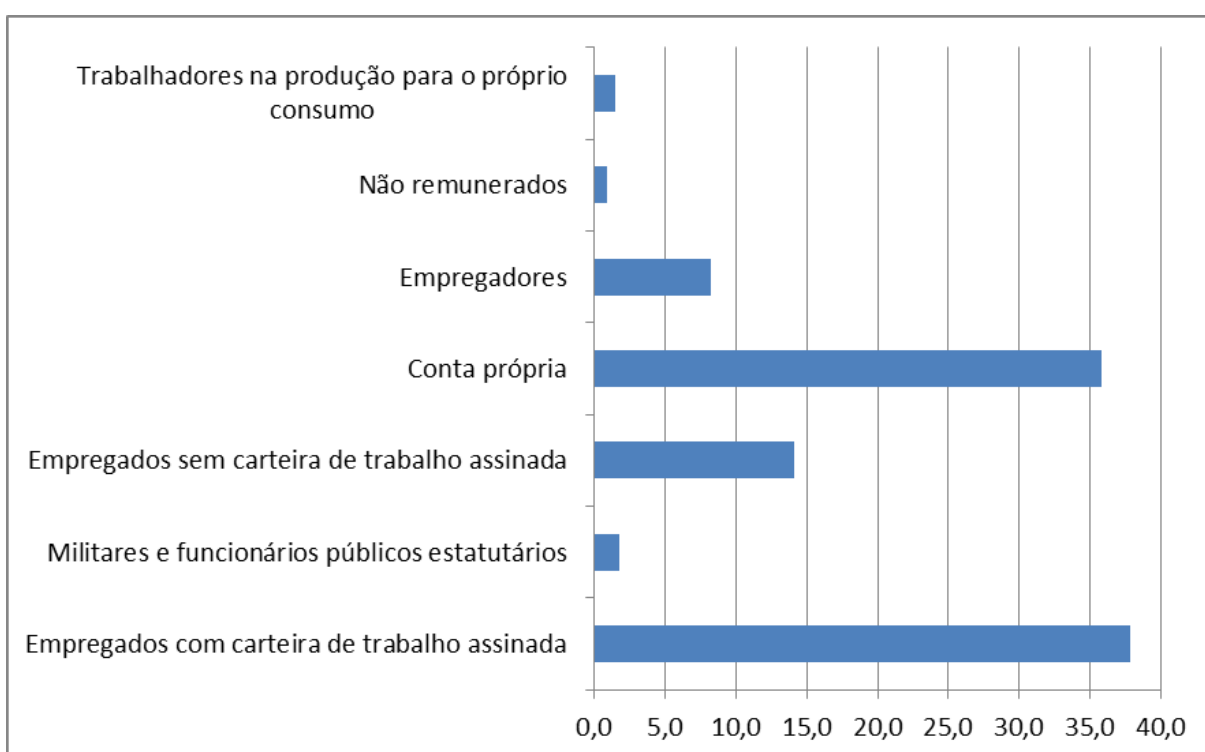
Gráfico 4 - Taxa de participação no mercado de trabalho dos imigrantes – Santa Catarina (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Entre as faixas etárias de 20 a 59 anos, observa-se uma participação consistentemente elevada no mercado de trabalho, com taxas iguais ou superiores a 70% em todos os grupos etários. As taxas mais expressivas concentram-se entre 35 e 49 anos, atingindo o pico de 90,4% na faixa de 35 a 39 anos, seguida por 87,0%(40 a 44 anos) e 85,4% (45 a 49 anos). Confirmando novamente a forte seletividade etária em Santa Catarina, concentrando-se em indivíduos em plena idade produtiva.

Gráfico 5 - Posição e Categoria no Trabalho dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

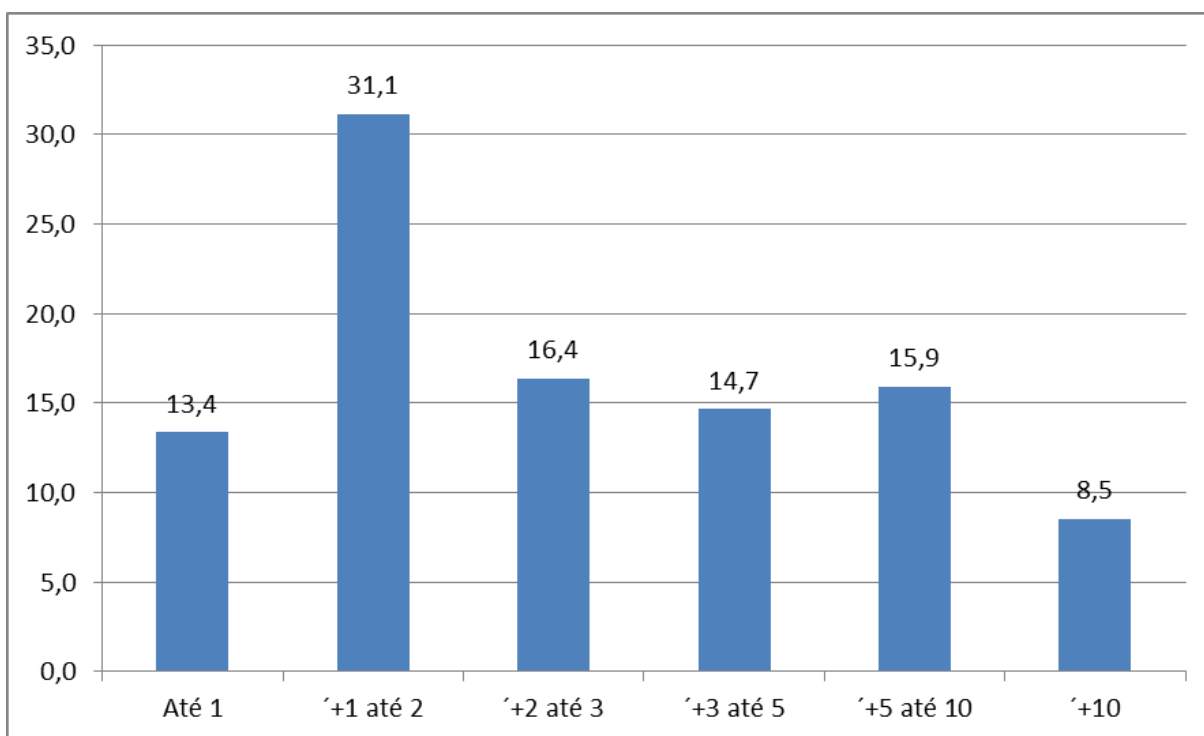
O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos trabalhadores imigrantes em Santa Catarina segundo sua posição e categoria no mercado de trabalho em 2010, revelando diferenças significativas, com a predominância de empregados com carteira assinada (37,6%) e trabalhadores por conta própria (35,7%), evidenciando dois padrões distintos de inserção ocupacional.

No segmento formal, empregados com carteira de trabalho assinada representam a maior parcela, demonstrando uma inserção mais estruturada no mercado de trabalho.

Já no segmento informal, destacam-se os trabalhadores por conta própria, seguidos por empregados sem carteira assinada, configurando um perfil mais vulnerável de inserção laboral.

De acordo com Bógus e Fabiano (2015, p. 131), o segmento formal de trabalho no Brasil “vem absorvendo de forma constante os trabalhadores estrangeiros (...) de acordo com seus perfis profissionais, tanto nas atividades altamente qualificadas, quanto naquelas que exigem pouca qualificação”.

Gráfico 6 -Rendimento Total dos Imigrantes - Santa Catarina (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Por fim, o Gráfico 6 apresenta a distribuição de rendimentos dos imigrantes em Santa Catarina em 2010, evidenciando uma concentração significativa nas faixas de menor remuneração. A maior proporção de trabalhadores (31,1%) recebia entre 1 e 2 salários mínimos, seguida por 16,4% na faixa de 2 a 3 salários mínimos e 15,9% na faixa de 5 a 10 salários mínimos. Esses dados revelam que, apesar da predominância de empregados com carteira de trabalho assinada identificada no gráfico anterior, a formalização não garantiu rendimentos elevados para uma parcela expressiva dos imigrantes.

Isso permite inferir que sua inserção ocorre, em grande medida, em ocupações de menor qualificação, com remuneração inferior mesmo em postos formais, ou ainda em função do predomínio, em segundo lugar, de trabalhadores por conta própria.

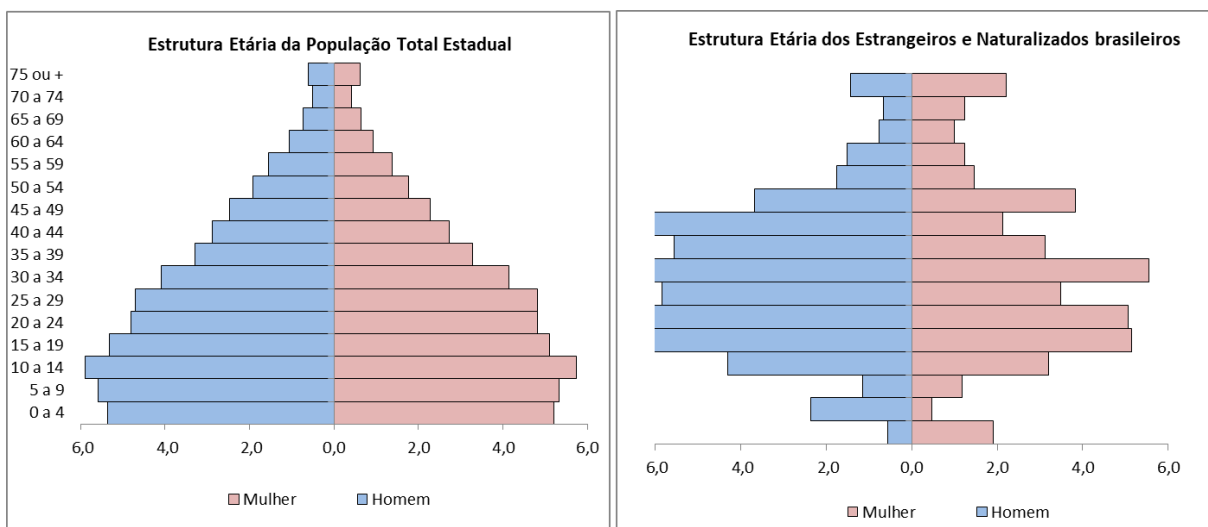
3.4.1.2 Roraima

De acordo com os dados censitários, a população de Roraima era de 450.479 habitantes em 2010, o que correspondia a 0,24% da população brasileira. Naquele ano, apenas 2.721 pessoas (0,60%) eram estrangeiras ou naturalizadas brasileiras. Já o Censo de 2022 registrou uma população total de 636.707 habitantes (0,31% da população do país) e 81.181 imigrantes. Além do crescimento expressivo no volume de imigrantes entre os dois censos, a proporção de imigrantes em relação ao total da população do estado saltou para 12,75% no último levantamento.

Observam-se as estruturas etárias da população total estadual de Roraima e da população de estrangeiros e naturalizados brasileiros, no gráfico 7. A pirâmide à esquerda, referente à população total, apresenta formato relativamente jovem, com base larga e estreitamento progressivo nas faixas etárias superiores, característica de populações em processo de transição demográfica. Nota-se uma concentração significativa nas faixas de 15 a 34 anos, indicando uma população predominantemente jovem e adulta.

A pirâmide à direita, correspondente aos estrangeiros e naturalizados brasileiros, exibe um padrão totalmente distinto, com a base estreita, com baixíssima representação nas faixas de 0 a 14 anos, e uma concentração massiva nas faixas etárias de 20 a 44 anos, especialmente entre 25 e 39 anos. Este formato indica que a migração internacional para Roraima foi altamente seletiva por idade, privilegiando adultos jovens em idade economicamente ativa, o que é consistente com fluxos migratórios motivados predominantemente por fatores econômicos e busca por melhores condições de vida (Ravestein, 1885).

Gráfico 7 - - Estrutura etária da população estadual, da população estrangeira e naturalizada brasileira - Roraima (2010)

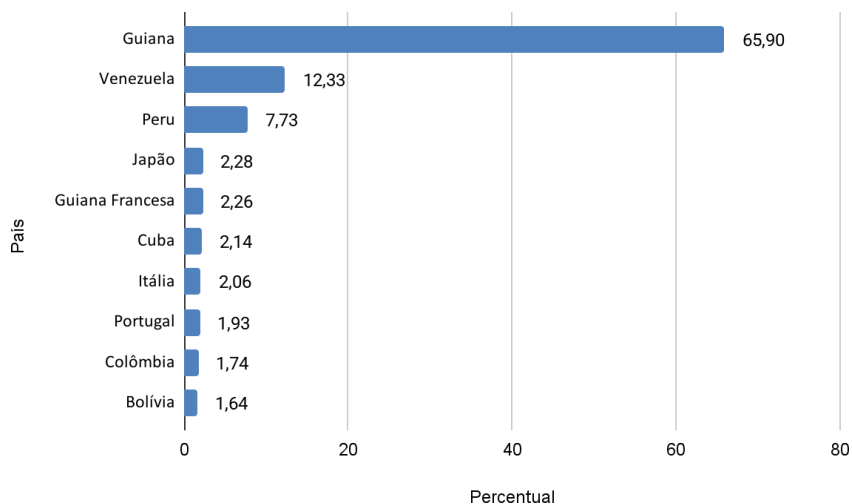


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

É possível observar também uma distribuição relativamente equilibrada entre homens e mulheres na população estrangeira, com ligeira predominância masculina nas faixas centrais (20 a 44 anos), o que sugere que ambos os sexos participaram ativamente dos fluxos migratórios. As faixas superiores a 60 anos são baixas, sugerindo que os fluxos migratórios são recentes e compostos majoritariamente por pessoas em busca de oportunidades econômicas imediatas.

Em relação aos países de origem dos imigrantes de Roraima, destacam-se os países da América do Sul, especialmente a Guiana (65,90%), Venezuela (12,33%) e Peru (7,33%), com significativa presença. Constatando novamente a influência das proximidades geográficas entre esses territórios para o movimento migratório (Ravenstein, 1885), observa-se que tais fluxos tendem a se intensificar justamente onde há fronteiras de fácil circulação e redes sociais transfronteiriças consolidadas (Baeninger, 2018).

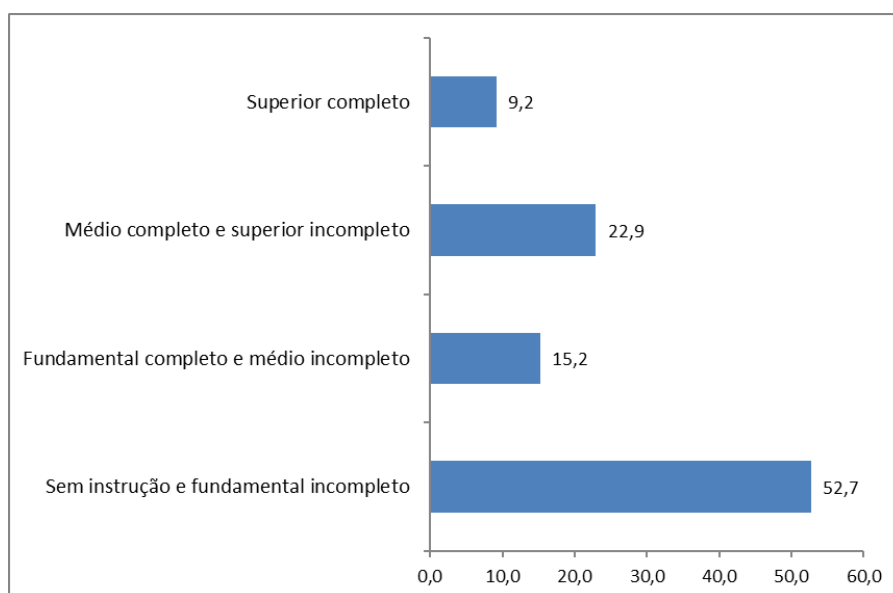
Gráfico 8 - Os 10 Países de Origem dos Imigrantes - Roraima (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Salientar que os dados de 2010 precedem a intensificação da crise venezuelana que ocorreria a partir de 2015, como foi abordado anteriormente. Neste período, a migração venezuelana ainda era relativamente modesta (12,33%), e a imigração guianense predominante refletia uma dinâmica estabelecida de longa data, relacionada às atividades econômicas na região de fronteira, especialmente em cidades como Bonfim (Oliveira, 2003).

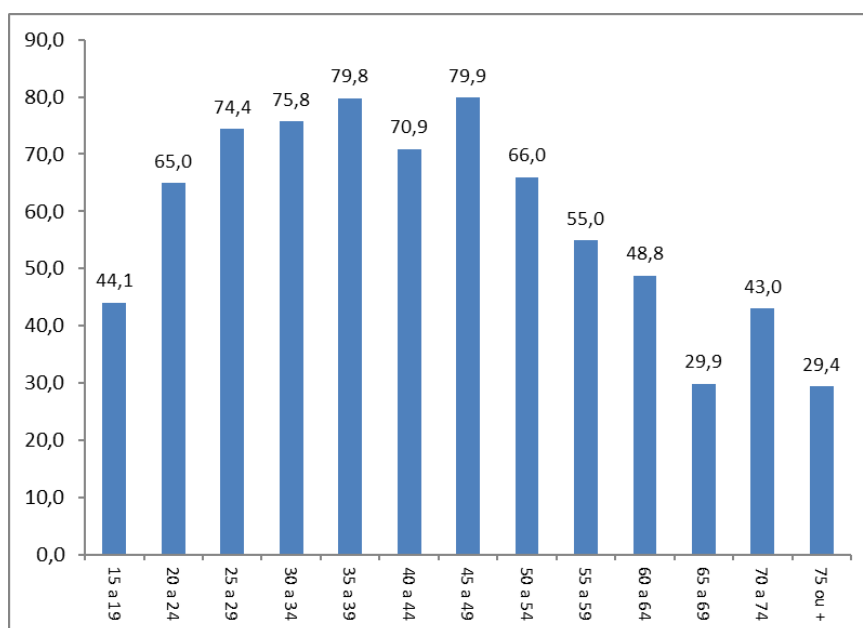
Gráfico 9 - Nível de Instrução dos Imigrantes - Roraima (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O nível de instrução dos imigrantes internacionais em Roraima, no Gráfico 9, revela uma concentração expressiva nas faixas de menor escolaridade, com 52,7%, sem instrução ou fundamental incompleto, enquanto 22,9% possuem ensino médio completo ou superior incompleto, outros 15,2% apresentam ensino fundamental completo ou médio incompleto, e apenas 9,15% alcançaram o ensino superior completo. Indica-se, portanto uma seletividade migratória negativa em termos educacionais, característica típica de migrações fronteiriças motivadas por fatores de expulsão, como pobreza, desemprego e instabilidade política, mais que por oportunidades de qualificação profissional, como é o caso dos imigrantes venezuelanos.

Gráfico 10 - Taxa de participação no mercado de trabalho dos imigrantes - Roraima (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em relação à taxa de participação dos imigrantes no mercado de trabalho, o Gráfico 10 mostra uma baixa participação entre os jovens (44,1% aos 15-19 anos). As taxas aumentam drasticamente para 65% aos (20-24 anos), e atingem picos de 79,8% (35-39 anos) e 79,9% (45-49 anos). As taxas superiores a 70% entre 25-49 anos indicam que a maioria dos imigrantes está em idade ativa e inserida no mercado de trabalho.

Gráfico 11 - Posição e Categoria no Trabalho dos imigrantes - Roraima (2010)



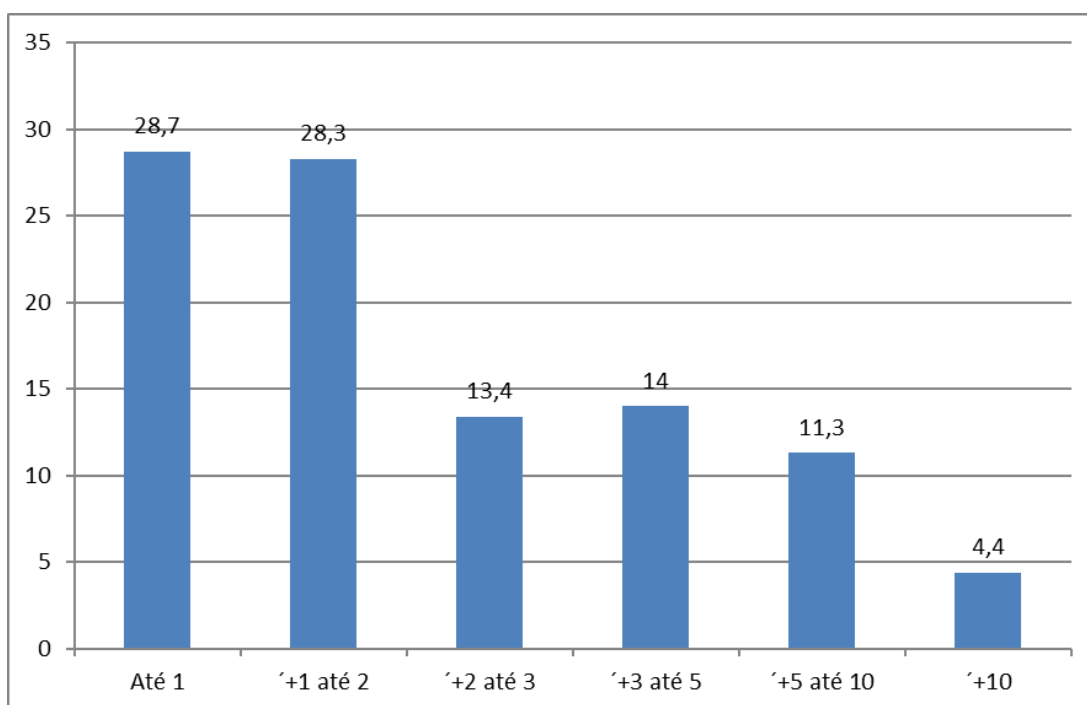
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em relação a posição e categoria no trabalho dos imigrantes em Roraima, o Gráfico 11, revela uma distribuição marcada por alta informalização e precariedade nas relações laborais, onde 38,1% são empregados sem carteira assinada, seguida por trabalhadores por conta própria com 30,6%, evidenciando que aproximadamente 68,7% dos imigrantes estão inseridos em ocupações sem vínculos formais e proteção social adequada.

Os empregados com carteira de trabalho assinada correspondem a apenas 12,9% do total, indicando acesso limitado dos imigrantes ao mercado de trabalho formal. A predominância de empregados sem carteira reflete relações de trabalho precárias, frequentemente marcadas por exploração, ausência de direitos trabalhistas e baixa remuneração, atrelada à baixa escolaridade, funcionando como um determinante estrutural da precarização laboral observada e acentuando as vulnerabilidades sociais desses trabalhadores.

O Gráfico 12 evidencia de forma contundente a vulnerabilidade econômica dos imigrantes em Roraima, com uma concentração extrema de rendimentos nos níveis mais baixos.

Gráfico 12 - Rendimento Total dos Imigrantes - Roraima (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Praticamente 57% dos imigrantes recebiam até 2 salários mínimos em 2010, sendo que 28,7% recebiam até 1 salário mínimo e 28,3% entre 1 e 2 salários mínimos. Essa concentração massiva nas faixas inferiores de renda demonstra a inserção precária no mercado de trabalho roraimense. Segundo Antoniazzi e Raither (2024), a entrada no mercado de trabalho, dos imigrantes em situação de vulnerabilidade social, é frustrada por conta de diversos entraves, que incluem a barreira linguística e cultural, discriminação, falta de reconhecimento das qualificações, documentação legal inadequada e outras barreiras, que acabam por levá-los a sujeitar-se a condições de trabalho precárias e salários baixos, aumentando sua exposição à marginalização e à exclusão social.

Ademais, apenas 4,4% dos imigrantes recebiam mais de 10 salários mínimos, enquanto as faixas intermediárias (2 a 10 salários) representavam menos de 40% do total. Essa distribuição revela a quase inexistência de mobilidade socioeconômica ascendente e o confinamento em ocupações de baixa remuneração, levando ao aumento da exposição à marginalização e exclusão social, criando um ciclo de vulnerabilidade econômica difícil de romper.

4 CONCLUSÃO

A presente monografia foi motivada pelo propósito de analisar o perfil socioeconômico dos imigrantes internacionais residentes em Santa Catarina e Roraima, representando, respectivamente, as regiões Sul e Norte do Brasil, dois extremos territoriais que possuem dinâmicas migratórias fundamentalmente distintas. Conforme evidenciado ao longo do estudo, enquanto Santa Catarina caracteriza-se por fluxos migratórios predominantemente motivados por fatores econômicos e demanda por mão de obra no mercado formal, Roraima apresenta-se como porta de entrada para imigrantes em busca de proteção humanitária, sobretudo venezuelanos impactados pela crise política e econômica que se instaurou no país vizinho.

O Censo Demográfico de 2010, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituiu a principal base de dados para a caracterização do perfil socioeconômico desses imigrantes. Cabe salientar que, inicialmente, pretendia-se realizar este estudo a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2022, cuja divulgação preliminar confirmou o expressivo crescimento da população imigrante no país, caracterizando a chamada "virada migratória brasileira". Entretanto, até o momento da conclusão desta pesquisa, os microdados referentes ao perfil socioeconômico, idade, sexo, nível de instrução, ocupação e rendimento ainda não foram disponibilizados de forma integral pelo IBGE. A análise desses dados seria de fundamental importância para compreender as transformações recentes nos padrões migratórios brasileiros e deverá ser objeto de pesquisas futuras.

A análise comparativa entre Santa Catarina e Roraima evidencia que o fenômeno migratório no Brasil se manifesta de forma profundamente desigual, refletindo as contradições daquilo que Martine (2005) denomina "globalização inacabada". Essas desigualdades estruturais moldam tanto a capacidade de atração dos territórios quanto as condições de inserção dos imigrantes. Em Santa Catarina, prevalece um modelo de migração associado a dinâmicas econômicas mais consolidadas; em Roraima, predominam fluxos humanitários impulsionados por crises regionais, especialmente a venezuelana analisada por Pereira (2020).

A seletividade migratória mostra-se um eixo fundamental para compreender essas diferenças. Em Santa Catarina, observa-se seletividade positiva, conforme

os pressupostos de Ravenstein (1885) e Lee (1966), que descrevem como indivíduos com maior qualificação e recursos tendem a protagonizar fluxos de migração voluntária para regiões com melhores oportunidades (pull factors). Já Roraima materializa a seletividade negativa, na qual migrantes com baixo capital econômico e educacional são impulsionados por fortes fatores de expulsão (push factors), como pobreza, instabilidade e insegurança, tal como preconizado por Lee (1966).

Os padrões de inserção no trabalho revelam outro contraste marcante. Em Santa Catarina, a teoria do capital humano de Becker (1993) ajuda a explicar a maior presença de imigrantes qualificados ocupando posições formais no mercado. Por outro lado, em Roraima, a predominância de ocupações informais e precárias confirma o que Piore (1979) descreve como o “setor secundário” do mercado dual, no qual os imigrantes se concentram devido à ausência de proteção, estabilidade e mobilidade social. Esses padrões reforçam que cada estado oferece oportunidades radicalmente distintas, moldadas por sua estrutura econômica e social.

A composição por nacionalidade também reflete especificidades geopolíticas e regionais. Santa Catarina, com forte presença de imigrantes do Mercosul, confirma as dinâmicas de integração facilitadas pelos acordos regionais analisados por Patarra e Baeninger (2006). Em contrapartida, Roraima evidencia aquilo que Baeninger (2018) caracteriza como “novas territorialidades da migração”, impulsionadas por crises humanitárias e reconfigurações recentes das fronteiras da mobilidade. Esses fluxos alteram profundamente o tecido social local e produzem novas formas de vulnerabilidade.

Por fim, a comparação demonstra que compreender a migração internacional no Brasil exige, como propõe Massey (1990), a articulação entre escalas micro e macro. A decisão individual de migrar se entrelaça com forças estruturais, desigualdades regionais, condições econômicas, políticas e humanitárias. Santa Catarina e Roraima representam, assim, dois modelos distintos de acolhimento e inserção: um marcado pela atração econômica e qualificação, outro pela urgência humanitária e precarização. Essa dualidade revela que o Brasil, enquanto país receptor, abriga múltiplas realidades migratórias que refletem sua própria heterogeneidade socioeconômica e territorial.

REFERÊNCIAS

- AJAYI, J. F. Ade (org.). **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. 1032 p. ISBN 978-85-7652-128-0.
- ANTONIAZZI, Elisiane Ap.; RAIHER, Augusta Pelinski. **Vulnerabilidade social e inserção laboral de imigrantes**: ênfase na participação das mulheres. In: XXII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), 2024, Vitória. Anais [...] Vitória: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2024.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. et al. Novos Imigrantes em Santa Catarina no Tempo Presente. In: BAENINGER, R. et al. (org.) **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO/UNICAMP, 2018, p. 479-501.
- AZEVEDO, Josias Pereira de. **Operação acolhida**: estudo de caso sobre a interiorização dos imigrantes venezuelanos. 2023. Dissertação (Mestrado) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/1bd23d09-0fa8-4667-a5ed-55721a431b47>. Acesso em: 03 set. 2025.
- BAENINGER, R. Contribuição da Academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do Sul. In: BAENINGER, R. et al. (org.) **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO/UNICAMP, 2018, p. 17-22.
- BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (org.). **Migrações fronteiriças**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 463–472.
- BECKER, G. S. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993, 390 p.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Virgula, Pontifícia Universidade Católica (PUC)**, São Paulo, SP, p. 126-145, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BORJAS, G. J. Economic theory and international migration. *International Migration Review*. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: **International Migration an Assessment for the 90's**, 1989, p. 457-485.
- BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/f8f71325-b3e8-464f-8c64-b58092e4035b>. Acesso em: 18 out. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017a. Disponível

em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 06 out. 2025.

CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952. 298 p. (Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n. 153; Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, n. 1). Disponível em: <https://obrasraras.usp.br/123456789/8732>. Acesso em: 28 out. 2025.

CASTLES, S. **Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios**. Dos Trabalhadores convidados às Migrações Globais. Fim de Século, 2005, p. 7 – 73.

CASTLES, Stephen; HAAS DE, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration**. International population movements in the modern world. New York, London: Guilford Press, 1998.

CAVALCANTI, Leonardo. NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. DESAFIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. 21–35, 2017. DOI: 10.5418/RA2015.1116.0002. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6423>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CEBRIÁN DE MIGUEL, Juan Antonio; JIMÉNEZ BLASCO, Beatriz Cristina. Migraciones internacionales recientes entre los países de América Latina y Caribe (ALC). **Boletín de la Real Sociedad Geográfica**, [S.l.], n. CLXIII, p. 365-384, oct. 2025. ISSN 2603-6010. Disponível em: <https://boletinrsg.com/index.php/boletinrsg/article/view/272>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 93, p. 59-69, junho, 2011.

DIETRICH, Ana Maria (Org.). Imigrantes: eles fizeram o Brasil. **Revista História Viva**, São Paulo, v. 11, n. 97, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GRUPO DE FOZ. "Mobilidade Espacial e Migração", p. 399-446. In: **Métodos demográficos**: uma visão desde os países de língua portuguesa. São Paulo: Blucher, 2021. DOI: 10.5151/9786555500837-1. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/11-22623/>. Acesso em: 19 set. 2025.

HARBISON, S. F. Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. Migration Decision Making: **Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. New York, Pergamon Press, 1981, p. 225-251.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis. **The American Economic Review**, v.60, n. 1, p.126-142, 1970.

IBM CORP. IBM SPSS Statistics for Windows. Version 28. Armonk, NY: IBM Corp.

2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/2022/primeiros-resultados>. Acesso em: 14 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data De Referência em 1º De Julho De 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/estimativa_dou_2025.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Tabela 2145 - Naturalizados brasileiros e Estrangeiros, por grupos de anos em que fixaram residência no país, sexo e grupos de idade. Rio de Janeiro, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Contas Regionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Brasília: Ipea, 2024. 20 p. (Cadernos ODS, 10). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS10>.

LEE, Everett S. **A theory of migration.** *Demography*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, p. 49–90, jun. 1974.

MACHADO, Igor José de Renó. Brasileiros no exterior e cidadania (1980-2005). **Revista TOMO**, [S. l.], 2015. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.4407. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/4407>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina:** perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 1 recurso online (355 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/981920>. Acesso em: 21 set. 2025.

MANNING, Patrick; TRIMMER, Tiffany. **Migration in world history.** 3rd ed. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2020.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3–22, jul. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

MASSEY, D. S. **Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration.** *Population Index*, v. 56, n. 1, 1990, p. 3-26.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, set/1993, p. 431-466.

MELO DE OLIVEIRA, P. R. Migrações internacionais para Santa Catarina nos séculos XIX e XXI: um estudo comparativo. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13219>. Acesso em: 04 nov. 2025.

MINCER, J. Family Migration Decisions. **The Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, out/1978, p. 749-773.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. Imigrantes no Brasil: aspectos da seletividade e da questão étnico-racial. In: LUSI, Carmem (org.). **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p. 137–155.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Glossário sobre migração. Genebra: OIM, 2009. (Série Direito Internacional da Migração, n. 22).

PATARRA, N.; BAENINGER, R. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica - Brasil no Mercosul**. In: Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), 1., Minas Gerais. Anais... 2004.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p.7-24, 2006.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração?. **Revista E-Metropolis**, ano 3, n. 9, p. 6-18, jun. 2012.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 83–102, fev. 2006.

PEREIRA, Fabricia da Hora. O alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil após a nova Lei de **Migração**: um olhar a partir da realidade do estado de Roraima. 2020. 330 f., il. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/890350>. Acesso em: 18 out. 2025.

PIORE, M. **Birds of passage: Migrant labor in industrial societies**. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. Vienna: R **Foundation for Statistical Computing**, 2025. Disponível em: <https://www.r-project.org/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 48, p. 167-235, 1885.

SALA, G. A.; CARVALHO, J. A. M. DE. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 287–304, jul. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000200006>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/D9DQc4wPsQ3PZKjZHgRHjKQ/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. Mercado brasileiro atrai imigrantes. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, v. 11, 1-2, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/0c232972-9914-4493-902f-cceb113616e9>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. *The Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, Part 2: **Investment in Human Beings**, out/1962, p. 80-93.

TODARO, M. P. (1969) A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna**: textos selecionados, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p.145-172, 722p.